



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA

ELIVAN DA SILVA DIAS

**PERFIL DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA E AGRAVOS DE
SAÚDE DOS PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE RIO BRANCO – ACRE.**

Rio Branco, Acre
2020

ELIVAN DA SILVA DIAS

**PERFIL DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA E AGRAVOS DE
SAÚDE DOS PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE RIO BRANCO – ACRE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Sabrina da Silva Santos

Rio Branco, Acre

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

D541p Dias, Elivan da Silva, 1984-

Perfil de afastamento por motivo de doença e agravos de saúde dos professores efetivos da rede municipal de educação de Rio Branco - Acre / Elivan da Silva Dias; Orientadora: Dr^a Sabrina da Silva Santos. -2020.

95 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós – Graduação em Saúde Coletiva, Rio Branco, 2020.

Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. Professor. 2. Absenteísmo - doença. 3. Saúde do trabalhador. I. Santos, Sabrina da Silva. (Orientadora). II. Título.

CDD: 362

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882

Nome: Elivan da Silva Dias

Título: Perfil de afastamento por motivo de doença e agravos de saúde dos professores efetivos da rede municipal de educação de Rio Branco – Acre.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Acre como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Aprovado em: 29/04/2020

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a Suleima Pedroza Vasconcelos
Universidade Federal do Acre - UFAC

Prof^a. Dr^a Talita Lima do Nascimento
Universidade Federal do Acre - UFAC

Prof^a. Dr^a Sabrina da Silva Santos (orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Dedico...

Aos meus pais: Francisco Rodrigues e Maria Felícia

Aos meus irmãos

As minhas amigas: Adineth Casseb e Sheyla Oliveira.

A **Deus**, pelas oportunidades colocadas no meu caminho, pelo amor e proteção em todos os momentos.

Aos meus pais **Francisco Rodrigues Dias e Maria Felícia da Silva**, por serem meus maiores incentivadores, sempre me fazendo acreditar que o conhecimento é o que temos de mais valioso na vida.

Aos meus irmãos, por fazerem parte e serem essenciais na minha vida.

As minhas amigas: Vanda, Joelma, Cecília, por me proporcionarem momentos de alegrias, e pelas muitas vezes que compreenderam que mesmo presente eu precisava estar ausente.

A Prof. Dra. **Sabrina da Silva Santos**, por ter bondosamente me acolhido, sem medir esforços ao assumir mais um orientando. Obrigado pela atenção, pelo carinho e pela forma simples de compartilhar o seu saber com serenidade e competência.

Aos membros da banca de qualificação e defesa Prof. Dra. **Suleima Pedroza Vasconcelos**, Profa. Dra. **Talita Lima do Nascimento** e Dra. **Gina Torres** pelos encaminhamentos, contribuições e proposições enriquecedoras.

Aos meus colegas de trabalho **Alan, Francisco, Diana e Romário**, vocês foram fundamentais na etapa mais complexa da execução deste trabalho que foi a coleta de dados. Obrigado pela dedicação e compromisso sem medidas.

As minhas colegas de mestrado **Gilcilene Gadelha, Greiciane Amorim e Bruna Lima**, pela amizade e pelos momentos que dividimos nesta fase de nossas vidas.

Ao **corpo docente** do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos meus **colegas de trabalho**, em especial **Ana Cristina, Kátia Lenub, Beline Araújo, Eny Valente, Antônio Torres e Elisângela Fadul**, pelo carinho, incentivo e amizade.

Ao meu amigo, **Aucemir Lima dos Santos**, por me fazer acreditar que eu seria capaz de vencer mais essa etapa da minha vida acadêmica, me encorajando sempre.

A **Divisão de Recursos Humanos da SEME e Gabinete do Secretário**, pela autorização para a realização desta pesquisa.

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a materialização desse projeto, meu muito obrigado. Que Deus ilumine e recompense a todos!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Estudos Internacionais sobre a saúde dos professores.....	20
Quadro 2 –	Estudos sobre a saúde do professor realizados no Brasil.....	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco	27
Figura 2 - Incidência acumulada de afastamento por qualquer adoecimento em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017	57
Figura 3 - Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo XIII da CID-10 (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017	59
Figura 4 - Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo V da CID-10 (transtornos mentais e comportamentais) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017	61
Figura 5 - Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo X da CID-10 (doenças do aparelho respiratório) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Quantitativo total de professores (efetivos e contratados) da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco - Acre e porcentagem de professores efetivos, de 2014 a 2017.....	39
Tabela 2 -	Características sociodemográficas e variáveis relacionadas ao trabalho dos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.....	40
Tabela 3 -	Perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde dos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.....	42
Tabela 4 -	Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos e prevalência de período, por capítulos da CID-10, professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.....	44
Tabela 5 -	Dias de afastamentos por capítulos da CID-10, professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.....	46
Tabela 6 -	Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo XIII da CID-10 - doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00 – M99), professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.....	48
Tabela 7 -	Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo V da CID-10- Transtornos mentais e comportamentais (F00 – F99)	49
Tabela 8 -	Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo X da CID-10- Doenças do aparelho respiratório (J00 – J99)	51
Tabela 9 -	Características sociodemográficas e variáveis relacionadas ao trabalho dos professores efetivados entre 2014 e 2017 da rede pública municipal de Rio Branco, Acre	52
Tabela 10 -	Perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, 2014-2017	54

Tabela 11 -	Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos, prevalência de período, dias de afastamento e proporção dentre o número total de dias de afastamentos, por capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 – 2017	55
Tabela 12 -	Incidência acumulada de afastamentos por motivo de doenças e agravos de saúde e por Capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, 2014-2017	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CID	Classificação Internacional das Doenças
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GESTRADO	Grupo de Estudo Sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente
INEP	Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PME	Plano Municipal de Educação
SEME	Secretaria Municipal de Educação
SQR-20	<i>Self-Reporting Questionnaire</i>

DIAS, E. S. Perfil de afastamento por motivo de doença e agravos de saúde dos professores efetivos da rede municipal de educação de Rio Branco – ACRE [Dissertação]. Rio Branco: Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Acre; 2020.

RESUMO

Introdução: No cenário nacional, as mudanças na organização do trabalho dos professores, juntamente com as novas exigências e competências requeridas, trouxeram consigo sobrecarga de trabalho para os profissionais. Essas exigências e competências, quando somadas às condições precárias de trabalho, exigem do professor, altas demandas físicas e emocionais, comprometendo, assim, a sua eficiência, além de poderem causar efeitos perversos à saúde, como desgaste físico e psicológico, absenteísmo e até mesmo o abandono da profissão. **Objetivo:** Analisar o perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde dos professores efetivos da educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I do município de Rio Branco – Acre, de 2014 a 2017. **Materiais e Métodos:** Foi realizado um estudo transversal com dados de 1.584 professores efetivos, de aproximadamente 100 escolas municipais, urbanas e rurais, de educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I (1º ao 5º ano), em Rio Branco e um estudo de coorte retrospectiva com os dados de 494 professores que foram efetivados entre 2014 e 2017. Foram calculadas as prevalências de período por Capítulos da CID-10 e por motivos específicos de afastamentos para aqueles capítulos com maiores proporções. Adicionalmente, foram calculados dois indicadores de absenteísmo-doença: o índice de frequência de absenteísmo-doença e a duração média das ausências. O risco de afastamento por todas as causas e pelos principais capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados no período de 2014 a 2017 foi estimado pelo método de Kaplan-Meier e a comparação das curvas de sobrevivência foram realizadas usando o teste log-rank (IC 95%). **Resultados:** No que se refere a prevalência de período, os capítulos da CID-10 com maiores frequências de afastamento foram: Capítulo XIII (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) com 7,83%; Capítulo V (transtornos mentais e comportamentais) com 7,45% e Capítulo X (doenças do aparelho respiratório) com 6,12%. O índice de frequência de absenteísmo-doença da população deste estudo foi de 0,72 para o estudo transversal e 0,53 para a coorte; e a duração média dos afastamentos para o estudo transversal foi de 24,07 e 11,06 dias para a coorte. A incidência acumulada de afastamentos por todas as causas foi de 39,4% após 3 anos de seguimento, onde as variáveis idade (<30: 38,2%; 30-39: 28,4% e 40 anos ou mais: 54,5%) e sexo (feminino: 41,9%; masculino: 19,8%) apresentaram diferenças significativas para a probabilidade de ser afastado. **Conclusão:** O presente estudo possibilitou conhecer a situação de saúde dos professores efetivos das escolas públicas municipais de Rio Branco, demonstrando os principais agravos que levam o profissional a se ausentar da sala de aula.

Palavras-chave: professor, absenteísmo-doença, saúde do trabalhador, adoecimento docente.

DIAS, E. S. Profile of absence due to illness and health problems of effective teachers in the municipal education network of Rio Branco – ACRE [Dissertation]. Rio Branco: Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Acre; 2020.

ABSTRACT

Introduction: In the national scene, the changes in the organization of teachers' work, together with the new requirements and competencies required, brought with them work overload for professionals. When added to the precarious working conditions, these requirements and competencies demand high physical and emotional demands from the teacher, thus compromising their efficiency and causing perverse health effects, such as physical and psychological stress, absenteeism, and even abandoning the profession. **Objective:** To analyze the profile of sick leave due to illnesses and health problems of effective teachers of early childhood education (daycare and pre-school) and elementary school in the municipality of Rio Branco – Acre, from 2014 to 2017. **Materials and Methods:** A cross-sectional study was carried out with data from 1,584 effective teachers, from approximately 100 municipal, urban and rural schools, of early childhood education (daycare and pre-school) and elementary school I (1st to 5th year), in Rio Branco and a retrospective cohort study with data from 494 teachers who were employed between 2014 and 2017. The period prevalence was calculated by ICD-10 Chapters and for specific reasons for absences for those chapters with higher proportions. Besides, two absenteeism-illness indicators were calculated: the absenteeism-illness frequency index and the average duration of absences. The risk of dismissal from all causes and the main chapters of the ICD-10, from the cohort of teachers employed in the period from 2014 to 2017, was estimated using the Kaplan-Meier method. The comparison of survival curves was performed using the log-test. Rank (95% CI). **Results:** Regarding the prevalence of period, the ICD-10 chapters with the highest frequency of absence were: Chapter XIII (diseases of the musculoskeletal system and connective tissue) with 7.83%; Chapter V (mental and behavioral disorders) with 7.45%, and Chapter X (diseases of the respiratory system) with 6.12%. The frequency rate of absenteeism-illness in this study population was 0.72 for the cross-sectional study and 0.53 for the cohort; the average length of leave for the cross-sectional study was 24.07 and 11.06 days cohort. The cumulative incidence of leave from all causes was 39.4%, after 3 years of follow-up, where the variables age (<30: 38.2%; 30-39: 28.4% and 40 years or more: 54, 5%) and sex (female: 41.9%; male: 19.8%) showed significant differences for the probability of being removed. **Conclusion:** The present study made it possible to know effective teachers' health situation in municipal public schools in Rio Branco, demonstrating the main problems that lead professionals to leave the classroom.

Keywords: teacher, sickness absenteeism, worker health, teaching illness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 Saúde do trabalhador.....	7
2.2 Absenteísmo.....	8
2.3 Absenteísmo docente.....	9
2.4 Atividade Profissional dos professores.....	10
2.5 Condições de trabalho dos professores brasileiros.....	11
2.6 Saúde do profissional docente.....	15
2.7 A organização da educação no município de Rio Branco.....	26
3. JUSTIFICATIVA	30
4. PERGUNTA DE PESQUISA	32
5. HIPÓTESE	32
6. OBJETIVOS	33
6.1. Objetivo Geral	33
6.2. Objetivos Específicos	33
7. METODOLOGIA	34
7.1. Delineamento	34
7.2. População de estudo	34
7.3. Variáveis de estudo.....	35
7.4. Coleta de dados.....	35
7.5. Tratamento e análise de dados.....	36
7.6. Aspecto éticos.....	37
7.6.1 Riscos, precauções e cautelas.....	37
7.6.2 Benefícios.....	38
8. RESULTADOS	39
8.1. Estudo observacional descritivo dos professores efetivos do município de Rio Branco, que atuaram no período de 2014 a 2017	39
8.2. Estudo de coorte retrospectiva dos professores efetivados entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017	52
9. DISCUSSÃO	65
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
11. REFERÊNCIAS	75
12. ANEXOS	83
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP.....	83
Anexo 2 – Termo de autorização para realização da pesquisa.....	87

1. INTRODUÇÃO

O trabalho dos professores vem ao longo do tempo sendo marcado por grandes desafios e passando por grandes modificações para atender às necessidades da sociedade. Desta maneira, os docentes tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho, muito embora esses avanços não tenham sido acompanhados por melhorias nas condições objetivas no exercício profissional (ESTEVE, 1999).

Essas modificações se refletem na relação trabalho e saúde, na contemporaneidade e estão fundamentalmente ligadas às novas modalidades de trabalho e aos processos mais dinâmicos de produção implementados pelas inovações tecnológicas e pelas atuais formas de organização e gestão do trabalho (MENDES; WUNSCH, 2011).

No que se refere à atividade docente, essas mudanças vêm marcadas por desafios significativos como, por exemplo, a multiplicidade de exigências feitas ao papel do professor que, cada vez mais, tem sido associada aos problemas de saúde física e mental apresentados por estes trabalhadores (CRUZ; LEMOS; WELTER; GUISSO, 2010).

O papel dos professores tem extrapolado a mediação do processo de ensino-aprendizagem do aluno, o que era de fato a sua atribuição. A missão dos professores foi ampliada para além da sala de aula, objetivando garantir uma melhor relação entre a escola e a comunidade. Desta maneira, o professor, além de ensinar, deve participar da gestão e dos planejamentos escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade (GASPARINI, BARRETO E ASSUNÇÃO, 2005).

Os estudos para caracterizar a saúde dos professores brasileiros são escassos. As pesquisas feitas apresentam as fontes e os sintomas de estresse ocupacional, evidenciando-se a precariedade das condições de trabalho como a principal causa de desconforto físico e mal-estar psicológico entre os professores (OLIVEIRA 2001; CRUZ E LEMOS, 2005).

Diante da relevância deste tema, o presente estudo tem como principal objetivo descrever o perfil de afastamento dos trabalhadores em educação por motivo de doença e agravos de saúde no município de Rio Branco – Acre no período de 2014 a 2017.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Saúde do trabalhador

O trabalho apresenta-se como um processo coletivo e social por meio do qual o homem reproduz as condições gerais da existência humana. Ao produzir tais condições em confronto com a natureza e com as suas próprias circunstâncias históricas e sociais, o indivíduo que trabalha faz-se sujeito da construção de si, do mundo e das relações sociais, tanto no aspecto de sua produção material, quanto intelectual. De acordo com o conceito apresentado, toda práxis social, de certa maneira, é um trabalho cujo processo de realização desencadeia uma transformação real no trabalhador (MARX, 2008).

Desta maneira, no cenário de transformações tecnológicas e sociais contemporâneas, se identifica o surgimento de complexos problemas de diferentes naturezas, os quais afetam os trabalhadores, e se reconhece a necessidade de novas relações de trabalho. Para tanto, entende-se o trabalho como uma atividade de cunho social, formador de identidade e desenvolvimento pessoal dos indivíduos, que pode ser gerador ou não de saúde e qualidade de vida dos mesmos (TABELÃO; TOMASI; NEVES, 2011).

O ato de trabalhar apresenta-se como um dos fatores que tem maior relação com as condições de vida e de saúde do homem. Quanto à saúde pode-se dizer que é indissociável do trabalho. Dessa forma, saúde, segurança e qualidade de vida são requisitos essenciais à manutenção da atividade laboral (CARVALHO, 2014).

Nos dias atuais, o trabalho é um instrumento fundamental para a sociedade. No entanto, a relação entre o trabalho e o homem nem sempre foi a mesma, pelo contrário, foi se alterando e evoluindo de acordo com a época no qual estava inserida (VIEIRA; CHINELLI, 2013).

A compreensão dos vários níveis de complexidade das relações existentes entre o trabalho e a saúde, tendo como agente principal o processo de trabalho, apresentam-se como marcos definidores da saúde do trabalhador (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

A saúde do trabalhador, tem seus marcos referenciais na Saúde Coletiva, ou seja, a promoção, a prevenção e a vigilância, e apresenta-se como um campo de

práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares - técnicos, sociais, políticos, humanos, multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

De acordo com Lacaz (2007), a saúde do trabalhador pode ser conceituada como um campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico emerge da Saúde Coletiva, que busca conhecer e intervir nas relações trabalho e saúde-doença, trazendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais.

2.2. Absenteísmo

Segundo Souza (2007), absenteísmo é uma palavra de origem francesa *absenteïsme* que está associada à pessoa que falta a sua atividade laboral por motivos diversos. O autor traz que todos os fatores que resultam na ausência do funcionário no local de trabalho, incluindo até mesmo as ausências como férias e licença maternidade, se enquadram como absenteísmo. Entretanto, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o absenteísmo é definido como o período de ausência laboral que se aceita como atribuível a uma incapacidade do indivíduo, exceto quando feita para aquela derivada de gravidez saudável ou prisão (OIT, 1991). Para Chiavenato (1994), o absenteísmo, absentismo ou ausentismo é a soma dos períodos em que os empregados se encontram ausentes do emprego. Este indicador deve portar todos os tipos de faltas, inclusive as justificadas, pois repercutem na produtividade e suas causas precisam ser diagnosticadas para controle político da organização. Assim, para esse autor o nível de absenteísmo envolve licenças e afastamentos por doenças, licença maternidade ou acidente de trabalho (CHIAVENATO, 1999). Uma definição mais atualizada classifica o absenteísmo como voluntário e involuntário. Absenteísmo voluntário é caracterizado pelas ausências programadas, como férias e folgas, já o absenteísmo involuntário é aquele caracterizado pelas ausências que não foram programadas, ou seja, as faltas não previstas que na maioria das vezes são representadas por problemas de saúde ou problemas pessoais (MALLADA, 2007). Embora o absentismo ocupacional se deva a

diversos fatores, o que mais afasta o trabalhador é o absentismo-doença (SANTOS; MATTOS, 2010).

O absenteísmo-doença é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como a ausência ao trabalho decorrente de uma incapacidade do indivíduo, podendo ser atribuído a uma doença ou lesão acidental, como medida para evitar a propagação de doenças transmissíveis, ou, ainda, variando desde um mal-estar até uma doença grave (OIT, 1991).

No presente trabalho a caracterização do absenteísmo doença dos professores efetivos da educação infantil e do ensino fundamental I do município de Rio Branco, no período de 2014 a 2017, baseou-se na definição de Hurrel (1998) e da Fundação Europeia para a melhoria das condições de trabalho (1997), uma vez que foram identificadas as ausências dos professores por motivos de doenças e agravos de saúde comprovadas mediante atestado ou licença médica (HURREL, 1998; FUNDACIÓN EUROPEA PARA LA MEJORA DE LAS CONDICIONES DE VIDA Y TRABAJO, 1997).

O absenteísmo laboral é apresentado como um assunto complexo, visto que pode ser causado por diversos fatores, e traz consigo implicações que são danosas para todos os envolvidos no processo, exigindo um conjunto de medidas estratégicas para a sua redução. Desde ações punitivas até atividades de promoção da motivação dos funcionários: o ideal é que os gestores conheçam bem a realidade do ambiente laboral (SILVA; RODRIGUES, 2014).

2.3. Absenteísmo docente

Guerrero et al. (2012) afirmam que a ausência de professores tem se apresentado como um problema comum e grave, não somente nos países em desenvolvimento, sendo visto atualmente com um problema de ordem mundial.

No Brasil, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2012, cerca de 20% dos professores, abrangendo profissionais da rede pública e privada de todas as áreas, pediram afastamento por licença médica, ficando, em média cerca de três meses fora da sala de aula (CNTE, 2013). Para Silva et al. (2013), os motivos que levam ao absenteísmo do professor não se devem a doenças infecciosas como as gripes e os resfriados,

mas englobam uma série de problemas, tanto de ordem psicológica quanto somáticas. Zaponi e Dias (2009) complementam explicando que o absenteísmo docente decorre de vários fatores relacionados a questões de ordem pessoal, profissional e relacionadas ao sistema de ensino.

Estudo realizado em Divinópolis (MG) demonstrou que as principais causas de adoecimento e de afastamento do trabalho estão ligadas à ocorrência de doenças do aparelho respiratório, às enfermidades do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e aos transtornos mentais e comportamentais (SILVA; CAVEIÃO, 2016).

O afastamento de professores apenas com problemas vocais gera um prejuízo de aproximadamente 100 milhões de reais/ano (SILVA et al., 2013). Mestre e Ferreira (2011) acrescentam que esse valor estimado pode ser ainda maior, se baseado na estimativa de que 2% dos professores tenham disfonia.

2.4. Atividade profissional dos professores

A prática docente, no âmbito da formação e do trabalho, tem sido intensamente estudada, em vista das grandes mudanças ocorridas no cenário mundial, trazendo novas demandas para o processo de escolarização que, por sua vez, passa a fazer forte pressão para que o trabalho na escola seja mais efetivo (OLIVEIRA, 2004; SANTO, 2004; TALAVERA; 2004). Com isso, há a necessidade de rever as atividades docentes, qualificando-as e ampliando seus efeitos. No entanto, a ausência de uma política bem definida acerca da formação docente tem criado grande desânimo no professorado e insatisfação com os resultados de seu trabalho. Tudo isso gera um grande desgaste nas relações internas da escola e tem repercussões na escolha pelo magistério por parte dos alunos que ingressam na universidade (DAVIS, AGUIAR; 2010).

A atividade profissional dos professores relaciona-se com as expectativas sociais que não são fixas, mas socialmente estabelecidas. Porém, o exercício dessa profissão traz em seu bojo tensões, que dizem respeito ao que se espera ver concretizado nas escolas e ao que a realidade possibilita que se realize. A situação atual vivida por esses profissionais é marcada por uma crescente depreciação que é expressa, entre outros aspectos, pelo aumento do controle sobre o trabalho e pela intensificação das atividades desenvolvidas na escola (CONTRERAS, 1997).

Com vistas a atender a este processo dinâmico de mudanças no perfil da atuação docente, o trabalho do professor não se restringe apenas à sala de aula. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB, 1996), esse profissional também deve estar em constante relação com a comunidade, participar ativamente da gestão da escola, do planejamento do projeto pedagógico, de conselhos, dentre outras tarefas. Além disso, os docentes realizam tarefas tais como correção de provas e planejamento das aulas, além da necessidade de estudo contínuo. Esse excesso de atividades, que demandam tempo, exige responsabilidades e compromissos, raramente é cumprido no âmbito do ambiente escolar. Desta forma, esses profissionais são obrigados a levar para o seu domicílio as tarefas que não conseguiu concluir durante o horário de trabalho, ampliando assim a sua carga horária de trabalho (GUERREIRO; NUNES, 2016). Sendo, todo esse esforço, gerado extra escola, não adequadamente recompensado financeiramente e nem mesmo reconhecido (CODD, 1999).

2.5. Condições de trabalho dos professores brasileiros

O professor, como agente incentivador da aprendizagem, precisa estar em plenas condições de saúde para exercer sua função docente. A aula precisa ser agradável, ser conduzida de modo criativo, ser interessante e despertar a curiosidade do aluno. Para isto, é necessário reconhecer que o trabalho do professor tem fundamental importância para o bom funcionamento da escola. Desta forma para almejar um ensino de qualidade são necessárias boas condições de trabalho para os docentes (OLIVEIRA, 2001).

Condições de trabalho, podem ser consideradas como infra estrutura, ou seja, um conjunto de condições que dão suporte para o desenvolvimento do trabalho docente. Elas englobam as “ferramentas” que são utilizadas pelos professores e alunos para executar suas atividades e os aspectos relativos ao ambiente de trabalho. As ferramentas dos professores incluem: sua formação, sua saúde, materiais básicos de ensino e recursos pedagógicos, e um ambiente físico que favoreça o bem estar docente, do aluno e a sua aprendizagem. Os aspectos relativos ao ambiente de trabalho incluem o estado de conservação da escola, os níveis adequados de ruídos

e de iluminação, a qualidade do ar e instalações que tragam conforto ao professor e aos alunos (GASPARINI et al., 2005).

Pelo fato de o magistério ser reconhecido como uma profissão estressante, o posto de trabalho docente vem despertando o interesse dos pesquisadores e especialistas, principalmente no ensino em escolas públicas. Segundo Nunes Sobrinho (2008), o foco das pesquisas tem-se concentrado não só no processo ocupacional como também no meio ambiente de trabalho do cotidiano escolar dos professores. Esse interesse ocorre pela complexidade do ambiente de trabalho docente, composto por: professor, espaço físico, ambiente social da escola, tipo de gestão (direção da escola), organização do trabalho pedagógico, operações de trabalho, administração do tempo, manejo do comportamento dos alunos e, principalmente, controle do processo de ensino e aprendizagem (SOBRINHO, 2008).

No cenário nacional, as mudanças na organização do trabalho docente juntamente com as novas exigências e competências requeridas trouxeram consigo sobrecarga de trabalho para os professores, tanto no que diz respeito ao volume de trabalho, à precariedade das condições de ensino, à diversidade e à complexidade existente em sala com as quais o professor é obrigado a lidar quanto à expectativa social de excelência do seu trabalho (GASPARINI, BARRETO E ASSUNÇÃO, 2005).

Além dos fatores relacionados diretamente ao corpo, como a utilização inadequada e o uso da voz, existem ainda, os fatores externos e psicológicos, que vão desde os problemas que o aluno enfrenta em sua casa e leva para a sala de aula, até a violência urbana. Isso, além de todas as exigências sobre a atividade docente impostas pelas mudanças e atual organização do ensino no Brasil. Toda essa complexidade culmina na sala de aula, afetando o meio ambiente de trabalho. É nesse ambiente caótico que o professor vive, se desloca e, apesar de tudo isso, deve manter a serenidade para sua sublime tarefa de educar, transmitir valores, projetar a sociedade para o futuro. O grande desafio é formar cidadãos sem o mesmo respeito que a sociedade lhe delegava antigamente (WEBBER, 2010).

A categoria dos profissionais em educação é uma das mais expostas e exigidas dentre as categorias profissionais, sofrendo críticas e cobranças ferrenhas da sociedade. O sistema educacional, como um todo, vem enfrentando nos últimos 30 anos uma crise sem precedentes, com os professores reivindicando respeito e condições mais dignas de trabalho. Ainda assim, exige-se desses profissionais boa

qualificação, qualidade de ensino, contínua atualização de conhecimento, sem que lhes sejam dados os subsídios necessários para isso; na maioria das vezes o professor faz investimentos com recursos próprios para se manter qualificado (CRUZ; LEMOS, 2005).

Há alguns anos, as principais reivindicações relacionadas aos direitos trabalhistas da categoria docente brasileira dizem respeito à remuneração às condições de trabalho dos professores (OLIVEIRA, 2004). O salário recebido pelo professor em relação ao tempo e esforço dedicado às funções é, certamente, o aspecto profissional mais precário. Quando se compara com os demais países do mundo, a categoria docente brasileira está entre as que recebem os piores salários, tendo uma remuneração inferior inclusive quando comparada aos docentes de países em pior situação social e econômica (SAMPAIO; MARIN, 2004). Segundo o estudo "*Education at a glance*", entre os 40 países ou sub-regiões, membros ou parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando considerado o salário inicial anual de cada etapa, o Brasil é o país que paga os piores salários para seus professores (ensino fundamental ao médio), exceto na educação infantil (EAG, 2018).

De acordo com um estudo realizado em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) pelo Grupo de Estudo Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) publicado em 2010, 59,8% dos professores dizem estar muito insatisfeitos com sua remuneração, classificando-a como injusta diante a dedicação inerente à função e apenas 0,5% dos profissionais julgam ser muito bem remunerados (GESTRADO/UFMG, 2010).

As condições de trabalho, apresentadas como as circunstâncias em que o trabalho é realizado, compreendem tanto os aspectos do ambiente, quanto a sua organização, compreendendo as atividades desenvolvidas intra e extra sala de aula. Quando se apresentam em condições precárias e o volume de atividades se torna excessivo, exigem do professor, altas demandas físicas e emocionais, comprometendo assim, a eficiência do professor (ASSUNÇÃO, 2008). Além de poderem causar efeitos perversos à saúde, como desgaste físico e psicológico, absenteísmo e até mesmo o abandono da profissão (CRUZ et al., 2010).

No Brasil, apenas 0,6% das escolas de educação básica são consideradas adequadas, ou seja, que proporcionavam aos estudantes e professores infraestrutura capaz de atingir os propósitos de uma educação de qualidade. Esse tema, infraestrutura escolar, vem chamando a atenção de estudiosos há alguns anos (SOARES NETO et al., 2013).

Com base na Fase II dos estudos publicados em 2015 pelo GESTRADO, as condições das salas de aula estão associadas às condições da unidade educacional (coeficiente de correlação de 0,23), pois 46% dos professores apresentam a mesma classificação entre as condições da sala de aula e as da unidade educacional. Quanto à associação entre as condições da sala de aula e a quantidade média de alunos por turma, esse estudo apontou que existe relação entre esses dois itens (coeficiente de correlação de -0,48), dessa forma, à medida em que se aumenta o número de alunos, pior ficam as condições da sala de aula (GESTRADO/UFMG, 2015).

As condições de saúde dos profissionais docentes têm sido fortemente relacionadas com as condições de trabalho da categoria. Embora os estudos sobre a saúde dos trabalhadores do campo da educação sejam relativamente recentes e escassos, existe uma razoável literatura demonstrando a existência de processos no trabalho que podem beneficiar ou afetar a saúde dos trabalhadores e a influência das condições de trabalho e saúde sobre o rendimento profissional (CAMPOS, 2005).

A pesquisadora Helga Reinhold, publicou em 1985, um estudo sobre as fontes e os sintomas de estresse ocupacional em professores brasileiros, apresentando como principal causa de eventos estressores a precariedade das condições de trabalho (TENOR; CYRINO; GARCIA, 1999).

Oliveira (2001) realizou um estudo entre os professores do ensino fundamental da rede particular de Campinas no ano de 2000 e colocou em evidência a contaminação do tempo extratrabalho, que pode ser compreendida como o tempo que o professor despende com o trabalho fora da sua carga horária semanal, na correção e elaboração de trabalhos e provas e elaboração de projetos e sequências didáticas. Sendo frequentes as dificuldades em realizar as tarefas diárias com satisfação, explicando o quadro encontrado de nervosismo, tensão e preocupação. Gasparini et al. (2005), complementam que essa contaminação do tempo extratrabalho é vista como um dos elementos que podem estar associados às queixas e ao adoecimento, pois o trabalho do professor não se restringe apenas ao exercício de sua função dentro

da sala de aula, exigindo atualização e preparação constantes para ser realizado de modo satisfatório. Muitas tarefas são realizadas sem a presença dos alunos, fora da sala de aula e, frequentemente, fora da escola, estendendo a jornada de trabalho.

Cruz e Lemos (2005) realizaram pesquisas sobre a caracterização de cargas de trabalho entre professores de Universidades Federais do sul do Brasil, e foram identificados diferentes aspectos das condições de trabalho geradores de desconforto físico e mal-estar psicológico. Dentre esses geradores destacam-se: os constrangimentos quanto à organização do trabalho, com o enfoque na desproporcionalidade dos salários recebidos tendo em vista as responsabilidades assumidas; o estado de conservação de materiais e equipamentos utilizados em sala de aula e a exposição a riscos de contaminação.

Antunes (2014) discute sobre o mal-estar e o adoecimento docente nas escolas públicas do estado de São Paulo, com enfoque na atual situação das readaptações geradas por motivo de adoecimento, que levam a recolocação do profissional em outra função, com atribuições de cargo em nível diferente (inferior) de esforço para o qual fora contratado. Nesse estudo, a autora apresenta o número de professores readaptados em São Paulo, entre o ano de 2011 e o primeiro quadrimestre de 2013. Em 2011 havia 11.872 professores readaptados; no ano de 2012, 13.925; e em 2013, 14.268, demonstrando expressivo crescimento. E em sua revisão de literatura apontou significativo adoecimento dos professores de escolas públicas brasileiras, parecendo ter direta relação com diversos fatores conjunturais.

2.6. Saúde do profissional docente

As doenças e agravos de saúde observados entre os professores podem estar relacionadas com o desenvolvimento de suas atividades profissionais. No entanto, o trabalho do professor não deve ser considerado um fator causal para o adoecimento, mas sim um fator contribuinte ou agravante para o aparecimento de doenças ou distúrbios pré-existentes (PORTO et al., 2004).

Conforme Garrido (2005) pode-se identificar três grandes categorias de problemas de saúde entre professores, a saber: aqueles relacionados às exigências ergonômicas do trabalho e/ou doenças ocupacionais; os transtornos de saúde mental;

e os problemas de saúde geral, em que adquirem importante relevância as doenças crônicas associadas ao estilo de vida.

Os agravos de saúde mais comumente relacionados com as exigências ergonômicas do trabalho docente dizem respeito aos distúrbios vocais e os sintomas osteomusculares e posturais. A relação entre carga ergonômica e o desconforto devido à exigência vocal e/ou postural é positiva e direta. Assim, quanto maior for o grau de exigência imposto maior será o percentual de trabalhadores afetados (GARRIDO, 2005).

A voz é considerada como uma das principais ferramentas de trabalho para os professores, tendo no seu desgaste um fator limitante para o exercício de suas atividades profissionais, assim como para sua saúde e qualidade de vida. A frequência de distúrbios vocais ao longo da vida entre os profissionais docentes é significativamente mais elevada do que na população geral (ROY et al., 2004). Esses profissionais chegam a apresentar um risco de 2-3 vezes maior de distúrbios vocais em comparação a indivíduos não-professores e o número médio de sintomas vocais observado nesse grupo também é mais elevado (KOWALSKA et al., 2006).

A presença de distúrbios vocais afeta negativamente o modo de vida dos professores, especialmente na sua prática profissional. No entanto, aparentemente, os professores não se percebem em um grupo de risco, tendo em vista que a maioria não procura atendimento médico especializado (HAMDAN et al., 2007).

Quanto à realidade dos professores brasileiros, pode-se identificar diversos fatores que contribuem para uma pior qualidade vocal. O número total de aulas lecionadas, salas de aula inadequadas, trabalho repetitivo, ruído em sala de aula e relacionamento não amistoso com os alunos são alguns desses fatores de riscos. Entretanto, apesar de se observar aspectos negativos relacionados à saúde vocal dos professores, a maioria apresenta dificuldades na percepção do processo saúde-doença (JARDIM; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2007; SILVANY NETO et al., 2000; PENTEADO, 2007).

Nessa mesma linha de pesquisa, Giannini e seus colaboradores (2012) desenvolveram um estudo de caso-controle entre 2007 e 2009, com grupos de professoras do município de São Paulo, que buscava determinar a associação entre distúrbios de voz e estresse no trabalho. Foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os grupos de caso e de controle em relação ao estresse no trabalho

na condição de alta exigência, sendo esta categoria representada por alta demanda associada ao baixo controle do trabalho, com uma chance de 2,1 vezes maior de exposição a alta exigência profissional nos casos, comparado aos controles.

As doenças e agravos de saúde de ordem osteomusculares entre os docentes apresentam-se como uma complicação de saúde altamente prevalente. Em alguns estudos a presença desses sintomas ocorreu em mais de 90% da amostra e esteve relacionada ao sexo feminino, inatividade física, tempo de docência menor de 15 anos e ausência de filhos (CARVALHO; ALEXANDRE, 2006; FERNANDES; ROCHA; OLIVEIRA, 2009).

Ceballos e Santos (2015) realizaram um estudo transversal exploratório, com um grupo de 525 professores do ensino infantil e fundamental da rede municipal de Jaboatão de Gurarapes – PE, e obtiveram que a prevalência de dores musculoesquelética foi de 73,5%, sendo mais frequente nas regiões dos ombros (31,6%), parte superior das costas (27,8%), pescoço (27,2%) e tornozelos e/ou pés (24,0%). A maior parte dessas complicações estão relacionadas às lesões por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) (PORTO et al., 2004).

Sob outra perspectiva, uma parcela das complicações de saúde observadas entre os professores diz respeito aos problemas de saúde mental, tais como estresse, síndrome de *burnout* (síndrome do esgotamento profissional), ansiedade, depressão, insônia, entre outros (GARRIDO, 2005). No cenário internacional, no início da década de 80, após alterações das condições de trabalho, começou a ser noticiado em países Europeus (Suécia, França, Alemanha e Reino Unido) que o estresse e a síndrome de *burnout* eram os principais problemas entre os profissionais docentes daquela época. Essas condições interferiam diretamente no absenteísmo por motivo de doença e abandono da profissão (ESTEVE, 1999).

No período de 1987 a 1989, na cidade de Nova York, foi realizado por Schonfeld, um estudo longitudinal envolvendo um grupo de 255 professores recém-contratados, objetivando estimar os efeitos das condições de trabalho sobre sintomas depressivos neste grupo de profissionais. A avaliação desses sintomas foi feita com a utilização de uma escala de depressão – *Center of Epidemiologic Studies – Depression Scale*. Seus resultados mostraram uma forte associação entre os sintomas depressivos e ambientes de trabalho nocivos, como também o surgimento

precoce dos efeitos pesquisados, que são mantidos mesmo quando outros fatores de riscos são controlados (SCHONFELD, 1992).

Outro estudo, realizado por Pitters e Fogarty (1995), avaliou o estresse e a tensão ocupacional, com a utilização de um instrumento que avalia estresse ocupacional, sobrecarga de trabalho acumulada e estratégias adotadas, tendo os professores apresentado os maiores escores quando comparado com os outros profissionais, sendo esses resultados associados à sobrecarga de trabalho e aos conflitos com superiores e normas.

Em um estudo transversal realizado no Reino Unido, no ano de 2014, Kidger et al. (2016) investigaram o bem-estar docente e a presença de sintomas depressivos em um grupo de 555 professores de escolas do ensino fundamental. 47,2% (DP 8,8) dos professores relataram ter sensação de bem-estar profissional e 19,4% apresentaram evidências de sintomas depressivos.

No Brasil, embora as pesquisas sejam incipientes, alguns estudos sugerem que, nas últimas décadas, houve um crescimento expressivo no número de casos de transtornos mentais nesses profissionais, especialmente de casos de estresse e da síndrome de *burnout*, estando associados ou não a outras patologias (CRUZ; LEMOS, 2005).

Na cidade de Palmas – TO, no ano de 2012, Baldaçara et al. (2015) realizaram um estudo observacional transversal em um grupo de 110 professores municipais, com objetivo de avaliar a prevalência dos sintomas psiquiátricos comuns medidos pela escala SQR-20 (*Self-Reporting Questionnaire*). De acordo com os dados do questionário, verificou-se que 49,5% dos professores, tinham ≥ 7 pontos na escala SQR-20, sendo sugestivo de presença de diagnóstico de transtorno mental, como também a necessidade de tratamento.

Existem, ainda, complicações de saúde geral observadas na categoria dos profissionais docentes, em que as doenças crônicas associadas ao estilo de vida começam a obter importância, especialmente nos países da América Latina. Historicamente esses fatores fazem parte dos costumes e hábitos da população e não deveriam apresentar grandes implicações com o trabalho. Apesar disso, algumas evidências apontam que, em profissões onde a demanda de trabalho é elevada, o controle sobre as atividades é limitado e existe um escasso suporte social (características observadas no trabalho do professor), os principais riscos à saúde são

relacionados às doenças crônicas, como por exemplo as doenças cardíacas e circulatórias (GARRIDO, 2005).

Os principais estudos internacionais e brasileiros sobre a saúde dos professores estão apresentados no **Quadro 1** e **2**, respectivamente.

Quadro 1: Estudos internacionais sobre a saúde dos professores.

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Schonfeld, 1992	Nova York – USA	Estudo longitudinal	1987 a 1989. 255 professoras efetivos recém contratados.	Os resultados mostraram que as condições de trabalho (escala de episódios estressores) estão relacionadas com sintomas depressivos (escala CES-D); (Regressão linear: $\beta=8,33$; $P<0,0001$).
Pitters e Fogarty, 1995	Austrália	Estudo caso controle	1995. Casos: 85 professores com no mínimo 2 anos de atuação em sala de aula. Controles: 71 pessoas de diversas profissões.	Os professores apresentaram maiores escores de estresse somente para a subescala sobrecarga de papéis do Inventário de estresse ocupacional (OSI); ($F= 7,72$; $P<0,05$).
Bannai et al., 2015	Japão - Província de Hokkaido	Estudo transversal	Setembro de 2013. 522 professores de escolas públicas secundárias.	Estresse psicológico foi identificado em 47,8% dos homens e 57,8% das mulheres. Os resultados mostraram um risco significativamente aumentado em homens que trabalham >60 horas por semana (OR ajustado = 4,71; IC 95% 2,04–11,56) em comparação com os que trabalham ≤ 40 horas por semana.
Cheng et al., 2016	Taiwan	Estudo transversal	2012. 588 professores e auxiliares de escolas de ensino especial.	85,8% dos profissionais relataram sintomas de distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT). Regiões corporais mais afetadas: lombar (32,7%), ombro e punho (10,6%) e joelho (5,4%). 17,8% dos participantes declararam envolvimento de mais de uma região corporal.
Kidger et al., 2016	Reino Unido	Estudo transversal	2014 555 professores empregados em nove escolas de ensino fundamental.	Média do escore de bem-estar docente = 47,2 (DP 8,8). Menor do que a relatada em amostras da população trabalhadora. 19,4% apresentaram evidências de sintomas depressivos moderados a graves.

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Fu et al., 2017	China	Estudo transversal	2015 11.891 trabalhadores chineses de várias ocupações.	A prevalência geral de saúde mental ruim foi de 23,8% e foi significativamente maior no grupo de trabalhadores de saúde, professores e funcionários públicos em comparação com trabalhadores manuais. O trabalho de conhecimento (trabalhos não manuais) foi identificado como fator de risco para saúde mental ruim (OR = 1,697; IC95%: 1,097-2,962; p <0,05).
Lin et al., 2018	Coréia	Estudo transversal	Junho a agosto de 2016. 1617 professores de escolas públicas primárias e secundárias.	A frequência de desordens vocais foi significativamente maior em professores de sala de aula do que professores em outra função (13,1 e 8,0%, respectivamente, P = 0,024) e tendeu a aumentar com o aumento das horas de aula.
Nusseck, et al., 2018	Alemanha	Estudo transversal	2018 536 professores de escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio, escolas especiais e escolas vocacionais.	58,3% dos professores relataram ter apresentado algum problema relacionado a alteração vocal. Professores do sexo feminino tiveram menos problemas de ordem fisiológica vocal do que os professores do sexo masculino (qui-quadrado = 8,119; P = 0,004).
Brütting et al., 2018	Alemanha	Estudo transversal	Setembro de 2012 a dezembro de 2013. 300 professoras em atividade (WTF) e 28 professoras afastadas de sua função por licença médica (LSFT).	Saúde mental: 86% do LSFT e 27% do WTF são classificados como psicologicamente debilitado. Aptidão cardiovascular: em ambos os grupos foi boa, no entanto, 27% do WTF apresentou aptidão cardiovascular boa, enquanto que nenhuma das STF alcançaram valores equivalentes. O Índice de massa corporal diferiram significativamente a favor de o WTF (LSFT: 38%; WTF: 34%).

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Benevene et al., 2018	Hong Kong e Itália	Estudo transversal	2018 367 professores de jardim de infância de Hong Kong e 243 italianos	O Questionário Geral da Saúde (GHQ), que mede as queixas de saúde mental, tem uma correlação negativa com auto-estima ($r = 0,27$; $p < 0,01$) e com a satisfação percebida dos entrevistados com sua condição de trabalho, ($r = 0,37$; $p < 0,01$) medidas pela Pesquisa de Satisfação no Trabalho (JSS). Supervisão, colegas de trabalho e comunicação parecem as subescalas mais influentes em todo o coeficiente JSS. O modelo de regressão ($R^2 = 0,30$, $p < 0,01$) sugere que o contexto nacional dos professores é um preditor significativo de auto-estima ($b = 0,52$; $p < 0,01$): aumenta o nível de auto-estima entre os italianos.
Puertas-Molero et al., 2018	Espanha	Estudo transversal	2016 a 2017 1.316 professores de todas as universidades públicas da Espanha.	O estresse foi positivamente associado ao nível de exaustão emocional ($r = 0,717$; $p < 0,005$), e negativamente associado à eficácia pessoal ($r = -0,491$; $p < 0,005$). Associações positivas são observadas entre exaustão emocional e despersonalização / cinismo ($r = 0,541$ $p < 0,005$) e atenção emocional ($r = 0,272$) e entre eficácia pessoal e reparação emocional ($r = 0,449$) e e clareza emocional ($r = 0,221$).
Sundram et al., 2019	Malásia	Ensaio comunitário randomizado	Abril a junho de 2016 Professores primários com desgaste vocal autorreferido (escore de 5 ou mais no <i>Malay Voice Handicap Index-10</i>) randomizados para intervenção ($n = 41$) e controle ($n = 45$).	O grupo com intervenção recebeu orientações quanto ao cuidados com a voz e utilizou amplificador vocal. A redução de queixas vocais foi maior no grupo de intervenção (média ajustada 3,99 IC95% 2,37–5,61) comparado ao grupo controle (média ajustada 8,62 IC95% 7,12-10,13).

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Melaku, et al., 2019	Etiópia	Estudo transversal	Dezembro de 2016 a janeiro de 2017. 754 professores de escolas secundárias na cidade de Gondar, noroeste da Etiópia.	A prevalência autorreferida de dor no ombro e pescoço foi de 57,3% com IC 95% (53,4-61,0%). Na análise de regressão logística múltipla, a existência de dor no ombro e no pescoço autorreferidas foi associada com exercício físico regular (OR = 0,18, IC95%: 0,08-0,42), experiência de ensino (OR = 2,85, IC 95%: 1,09-7,42), postura descendente de cabeça estática (OR = 2,26, IC 95%: 1,55-3,33), braço elevado sobre o ombro (OR = 2,71, 95% IC: 1,86-3,95), sessão prolongada (OR = 1,50, 95% IC: 1,02-2,23) e hipertensão (OR = 2,18, IC 95%: 1,24-3,82).

Quadro 2: Estudos sobre a saúde do professor realizados no Brasil.

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Carvalho et al., 2006	São João da Boa Vista – SP	Estudo transversal	2003. 157 professores da rede básica de ensino.	Elevada prevalência de sintomas osteomusculares, principalmente nas regiões lombar (63,1%), torácica (62,4%), cervical (59,2%), ombros (58,0%) e punhos e mãos (43,9%). A análise multivariada demonstrou uma associação estatisticamente significativa entre o tempo de atuação profissional inferior ou igual a 15 anos e sintomas musculoesqueléticos (OR = 3,7; IC 95% 1,01 - 13,7).
Mango et al., 2008	Matinhos – PR	Estudo transversal	Fevereiro de 2008. 126 professores efetivos de escolas municipais.	Elevada prevalência de sintomas osteomusculares, especialmente na lombar (51,5%), nos ombros (49,2%) e na região dorsal (49,2%), os quais, provocaram o impedimento de realizar atividades cotidianas.
Lima et al., 2009	Mato Grosso do Sul	Estudo transversal	Maio de 2007 e maio de 2008. 189 professores efetivos do <i>campus</i> de Campo Grande da UFMS.	Queixas relacionadas à saúde mental: cansaço mental (53,9%), estresse (52,4%), ansiedade (42,9%), esquecimento (42,9%), frustração (37,8%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%). Queixas relacionadas à saúde física: dor nas costas (55,9%), dor nas pernas (38,8%), dor nos braços (32,2%), rinite (21,1%) e alergia respiratória (21,2%).
Fernandes et al., 2009	Natal – RN	Estudo transversal	2007. 242 docentes da rede municipal de ensino.	Prevalência da sintomatologia osteomuscular no último ano, independente da região corporal afetada: 93%. Regiões corporais em que se registraram mais queixas: parte superior das costas (58,7%), parte inferior das costas (53,7%) e pescoço (53,7%).
Servilha et al., 2010	Salto – SP	Estudo transversal	2006. 165 professores.	Presença de alteração vocal auto referida: 66,06%.

Referência	Local	Tipo de estudo	Período População estudo	Resultados
Giannini et al., 2012	São Paulo SP	Caso-controle	Maio de 2007 a julho de 2009. Casos: Professores da rede municipal do ensino infantil, fundamental e médio com distúrbio vocal (n=167). Controles: professores sem distúrbios de voz (n=105).	Associação entre distúrbio de voz e estresse no trabalho docente (OR = 2,1; IC 95% 1,1-3,9).
Baldaçara et al., 2015	Palmas – Tocantins	Estudo transversal	2012. 109 professores de escolas públicas municipais.	49,5% (54 professores) tinham ≥ 7 pontos na escala SRQ-20. Essa pontuação é suficiente para considerar um diagnóstico de transtorno mental, com a necessidade de tratamento.
Ceballos e Santos, 2015	Recife – Pernambuco	Estudo transversal	Agosto a outubro de 2011. 525 professores.	A prevalência global de dor musculoesquelética foi de 73,5%. As dores musculoesqueléticas mais frequentes localizaram-se nos ombros (31,6%), parte superior das costas (27,8%), pescoço (27,2%) e tornozelos e/ou pés (24,0%).
Silva e Caveião, 2016	Divinópolis – MG	Estudo descritivo documental com abordagem quantitativa	2015 1061 professores da educação básica.	No ano de 2015 foram registrados 3.558 afastamentos. As principais causas de afastamento foram: doenças do aparelho respiratório (10,37%), doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (8,54%) e transtornos mentais e comportamentais (7,70%)

2.7. A organização da educação no município de Rio Branco

O sistema público de educação do município de Rio Branco tem suas peculiaridades, entre as quais, para garantir a oferta da educação básica, município e estado trabalham em regime de colaboração, ou seja, essas duas esferas estabeleceram uma parceria.

Desta maneira cabe à rede municipal assegurar a Educação Infantil (creche e pré-escola) e priorizar a escolarização do ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano). Já o estado abarca ainda uma boa parcela do ensino fundamental I, com distribuição proporcional das responsabilidades, e prioriza a oferta do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e do ensino médio, conforme está previsto no capítulo IV da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, que trata da organização da educação nacional.

Dados do Censo Escolar 2017, pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que a Rede Municipal de Rio Branco é responsável pela educação de 41% dos estudantes matriculados na Educação Infantil, 10% no Ensino Fundamental e 2,5% na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (INEP, 2017).

Em conformidade com a LDB, o município de Rio Branco, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEME), garante em suas unidades educativas a oferta da educação infantil e do ensino fundamental I, que são acompanhadas pelas equipes de ensino fundamental e educação infantil, conforme a **Figura 1**. Estando ainda firmado em seu Plano Municipal de Educação (PME) aprovado pela Lei nº 2.116 de 29 de junho de 2015, em sua meta I a universalização da oferta de pré-escola até o ensino médio para todos os cidadãos em idade escolar e ampliação gradativa do atendimento em creches, para a população de 0 até 3 anos.

A contratação dos professores, que trabalham no âmbito das escolas públicas municipais de Rio Branco, é feita prioritariamente por meio de concurso público de provas e títulos para ocupação de cargos e funções. A contratação destes profissionais dá-se por nomeação para o cargo pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, obedecendo-se à ordem de classificação dos candidatos nas provas, de acordo com o que está posto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, sendo estes profissionais contratados em regime estatutário. A Prefeitura realiza ainda

processo seletivo simplificado para a contratação de professores com provas e seleção de currículos, para atender as necessidades do quadro da SEME, quando se encerra o banco dos professores do concurso efetivo.

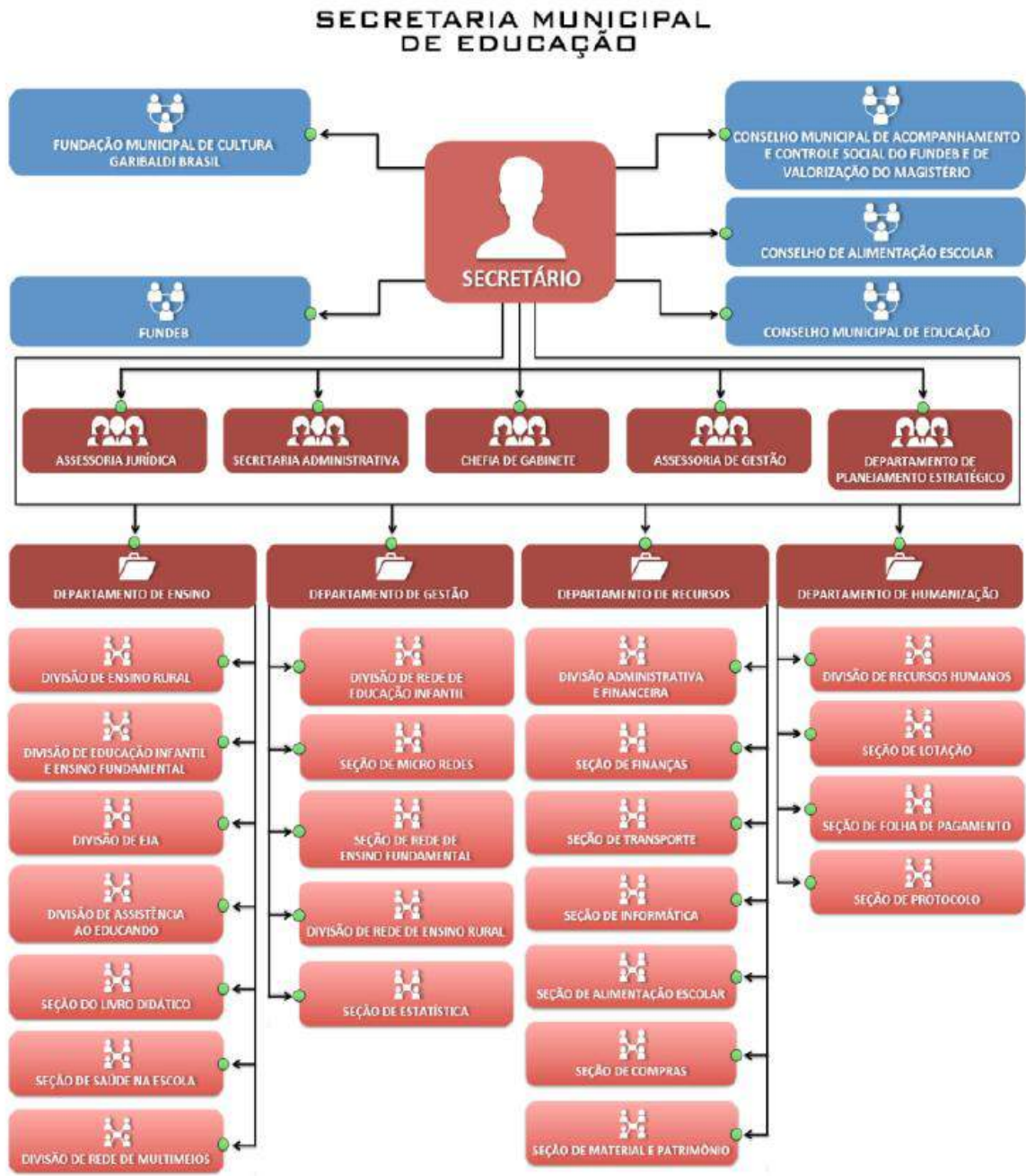


Figura 1. Organograma da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco – 2018. Fonte: Departamento de Gestão da Rede Escolar – SEME.

De acordo com a Divisão de Recursos Humanos da SEME, em 2017, o total de professores lotados em escolas de educação infantil e ensino fundamental, urbana e rural, era de 1.867 profissionais, sendo que 1.370 eram efetivos e 497 de contratação temporária.

No ano de 2017, o município de Rio Branco teve um total de 24.739 matrículas ao todo, sendo 14.691 na Educação Infantil (creche e pré-escola), 9.199 no Ensino Fundamental e 849 na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Até o mês de outubro, de acordo com os dados da Seção de Estatística/SEME/MEC/INEP/EDUCACENSO, o município estava com 24.739 alunos matriculados. Deste total, 15.083 estão na educação infantil, 8.888 no ensino fundamental e 768 na educação de jovens e adultos.

A prefeitura de Rio Branco em seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários, aprovado pela Lei Complementar nº 35 de 19 de dezembro de 2017, estabelece os seguintes cargos de professores às unidades educativas: professor P1 – 25h (professor de nível médio); professor P2 – 25h (nível superior em pedagogia ou em qualquer licenciatura); professor da educação infantil – 25h; professor coordenador – 40h (nível superior em pedagogia ou em qualquer licenciatura e contratação como Dedicção Exclusiva) e professor da educação especial 25h (com formação superior em qualquer licenciatura e especialização em qualquer área da educação inclusiva).

O município de Rio Branco, dispõe também, do Estatuto do Servidor, aprovado pela Lei Nº 1794 de 30 de dezembro de 2009, que institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco. Este documento, trata, dentre outras questões, dos auxílios, dos períodos e férias e licenças concedidas aos servidores. No tocante a licença médica, em seu Capítulo V, apresenta que será concedida ao servidor, dentre outras licenças, licença por motivo de doença e por motivo de doença em pessoa da família. Sendo que as licenças para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial e as com períodos superiores a quinze dias deverão ser encaminhadas à perícia médica oficial.

No período de 2014 a 2017, foram apresentados à Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, um total de 948 atestados (afastamentos de até quinze dias) e 203 licenças médicas (afastamentos superiores a quinze dias), dados referentes aos professores efetivos. Sendo os professores com

licenças médicas encaminhados a perícia médica oficial do Município de Rio Branco. Ao todo, nesse período, os professores efetivos da rede pública municipal afastaram-se de suas funções laborais por 29.420 dias, uma média de 7.335 dias ao ano.

3. JUSTIFICATIVA

O absenteísmo, de forma global, é definido como a ausência do trabalhador no seu local de trabalho, sendo esse resultado de um fenômeno complexo, em razão de diversos fatores que podem ocasioná-lo. Essa ausência do profissional pode estar relacionada às condições de trabalho, como falta de condições de higiene e de segurança, que por sua vez, provocam acidentes de trabalho e insatisfação dos trabalhadores; à realidade sociocultural; aos fatores relativos à personalidade e às condições de saúde do trabalhador. Independentemente do motivo gerador, as ausências ao trabalho acarretam diversos problemas para as organizações profissionais como um todo.

No que diz respeito ao absenteísmo docente, atualmente apresenta-se como um tema que tem gerado uma grande inquietação social, com dados apresentados de maneira superficial, na maioria das vezes veiculados pela mídia e com quase nenhum embasamento científico. Ao analisar essa questão, é de fundamental importância ressaltar que os fatores relacionados à rotina, à dinâmica do trabalho, as condições físico-estruturais das escolas, entre outros, contribuem para a insatisfação dos professores com a organização e com o próprio trabalho realizado, levando, direta ou indiretamente, a um aumento do absenteísmo.

O absenteísmo docente por motivos de doença e agravos de saúde, por sua vez, tem se mostrado um problema de saúde pública – sobretudo quando se considera que, ao menos em parte, esses afastamentos se dão por condições de trabalho não satisfatórias, aumento da sobrecarga de trabalho, violência no ambiente escolar, dentre outros fatores estressores que podem levar ao adoecimento, à perda da qualidade de vida e até a danos permanentes à saúde do docente. A produção científica nacional sobre os agravos de saúde que levam ao absenteísmo doença em professores e suas possíveis relações com as condições de trabalho ainda é escassa, quando comparada à internacional, e se considerarmos a realidade da região norte do Brasil, essa produção é quase inexistente.

Desta maneira, justifica-se a realização do presente estudo, que pretende gerar informações a respeito da saúde de profissionais docentes, através da descrição do perfil de afastamento por motivos de doenças e agravos de saúde dos professores das escolas públicas do município de Rio Branco, e os fatores associados a esta

ocorrência. Espera-se que os resultados deste trabalho sejam úteis para a saúde coletiva e a saúde do trabalhador, bem como, para os gestores públicos da organização municipal da cidade de Rio Branco, para a discussão de estratégias com vistas a minimizar o problema do absenteísmo de professores das escolas públicas municipais de Rio Branco, principalmente através de medidas que visem a melhoria das condições de trabalho destes profissionais.

4. PERGUNTA DE PESQUISA

1. Qual o perfil de afastamento por motivo de doença e agravos de saúde dos professores efetivos das escolas públicas de educação infantil e do ensino fundamental I do município de Rio Branco, no período de 2014 a 2017?

5. HIPÓTESE

O absenteísmo docente se dá em maior proporção em função de doenças de ordem psicológica, sintomas osteomusculares e distúrbios vocais.

6. OBJETIVOS

6.1. Objetivo Geral

Analisar o perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde dos professores efetivos da educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I do município de Rio Branco – Acre, de 2014 a 2017.

6.2. Objetivos Específicos

1. Descrever a frequência de afastamentos por motivo de doença e agravos de saúde, dos professores efetivos do município de Rio Branco, que atuaram no período de 2014 a 2017, segundo características epidemiológicas e ocupacionais.
2. Estimar o risco de afastamento por todas as causas e pelos principais capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados no período de 2014 a 2017.
3. Comparar o risco de afastamento por todas as causas e pelos principais capítulos da CID-10, entre diferentes grupos de professores.

7. METODOLOGIA

7.1. Delineamento do estudo

1. Trata-se de um **estudo transversal observacional descritivo** dos professores efetivos do município de Rio Branco, que atuaram no período de 2014 a 2017, das 100 escolas municipais, urbanas e rurais, de educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I (1º ao 5º ano) existentes em Rio Branco/Acre.
2. Estudo de **coorte retrospectiva** dos professores efetivados entre 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017.

7.2. População de estudo

A população do estudo descritivo é composta pelo universo dos professores do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco – Acre, que atuaram na educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I (1º ao 5º ano) nos anos de 2014 a 2017. Esse período de estudo foi definido, pois o setor de recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação iniciou a tabulação dessas informações, em sistema de gerenciamento de dados de Recursos Humanos, somente a partir do ano de 2014. Não fizeram parte da amostra dados referentes aos professores de contrato temporário para o período de estudo, visto que a divisão de RH da SEME não fazia o arquivamento das pastas funcionais destes servidores.

Para o estudo de coorte a população analisada é composta pelo universo dos professores efetivados entre 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017. Desta forma, a data de contratação como professor efetivo da Secretaria Municipal de Educação foi considerada como a data de início do seguimento.

Para as duas análises, foram identificados os professores efetivos afastados de suas funções por motivos de doença e agravos de saúde, com pelo menos um atestado ou licença médica apresentado à Seção de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017. Não foram considerados os afastamentos encontrados

que não diziam respeito a condição de saúde dos professores efetivos, como por exemplo, licenças maternidade e afastamento para acompanhar filhos.

7.3. Variáveis de estudo

Definiu-se como variável dependente a causa pela qual o profissional professor efetivo foi afastado de suas funções, no período de 2014 a 2017, utilizando como referência a Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Como variáveis independentes foram eleitas aquelas relacionadas aos dados gerais do professor, que incluem aspectos sociodemográficos:

- Sexo (masculino ou feminino);
- Idade;
- Função exercida durante o período de estudo (se estava em sala de aula ou não);
- Tempo de serviço;
- Fase de ensino (Creche, pré-escola e ensino fundamental I);
- Localidade da escola (urbana e rural);
- Jornada de trabalho semanal na Rede Municipal.

7.4. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir de diferentes fontes secundárias, constando informações dos professores da educação infantil e ensino fundamental I, do quadro efetivo dos professores de 2014 a 2017.

Para a identificação da coorte de estudo, a Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco disponibilizou a lista de todos os professores efetivos do período, identificados por número de matrícula, contendo as seguintes informações: data de nascimento, sexo, data de admissão, escola de lotação, localização da escola e carga horária de trabalho semanal. A contabilização do tempo de seguimento de cada professor foi realizada através da análise das folhas de pagamento referentes ao mês de dezembro de cada ano do período estudado.

Adicionalmente, a Secretaria de Gestão Administrativa e Tecnologia de Informação (SEGATI) forneceu a lista de todos os atestados (até 15 dias) e licenças

médicas (mais de 15 dias) registrados na Divisão de Recursos Humanos da SEME, no período de estudo, com identificação da CID-10 e do tempo dos afastamentos.

7.5. Tratamento e análise dos dados

Foram realizadas análises descritivas dos professores efetivos no período de 2014 a 2017 e separadamente para os professores efetivados entre 2014 e 2017, no qual as características sociodemográficas e variáveis relacionadas ao trabalho foram apresentadas na forma de proporção.

A análise dos afastamentos por doenças e agravos de saúde dos professores foi feita de acordo com a Classificação Estatística Internacional da Doença e Problemas relacionados à Saúde (CID-10). Foram calculadas as prevalências de período (n° de professores afastados/ n° total de professores), por Capítulos da CID-10 (transtornos mentais e comportamentais; doenças do aparelho respiratório; doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo; etc.) e por motivos específicos de afastamentos para aqueles capítulos com maiores proporções.

Adicionalmente, foram calculados dois indicadores de absenteísmo-doença propostos por Hensing et al. (1998), a saber: o índice de frequência de absenteísmo-doença (número de afastamentos/população sob risco) e a duração média das ausências (número de dias de afastamentos / número de afastamentos).

O risco de afastamento por todas as causas e pelos principais capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados no período de 2014 a 2017 foi analisado considerando a apresentação de atestado ou licença médica à Divisão de Recursos Humanos da SEME como o evento de interesse. O início da observação (T0) foi definida como a data de contratação como professor efetivo da Secretaria Municipal de Educação. Assim, foi quantificado o intervalo de tempo (em meses) compreendido entre a data de efetivação do professor e a data do afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde. Professores que não apresentaram atestado ou licença médica no período de estudo foram censurados ao final de 36 meses seguimento

As incidências cumulativas foram estimadas pelo método de Kaplan-Meier, e a comparação das curvas de sobrevivência foram realizadas usando o teste log-rank (IC 95%). O valor de $P < 0,05$ foi utilizado para verificar a ocorrência de significância estatística e todas as análises foram realizadas com o programa SPSS versão 20.0 (IBM Corporation, Nova Iorque, EUA).

7.6. Aspectos éticos

Em cumprimento à resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996) que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, o presente projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre para avaliação. Sendo aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Acre, sob o número de CAAE 11099019.8.0000.5010, sob o parecer 3.538.072 (Anexo 1).

Por se tratar de um estudo de levantamento de dados retrospectivos, sem utilização de material biológico, sem intervenção e sem alterar a rotina dos professores, em que a obtenção dos dados se deu exclusivamente por intermédio de consulta aos sistemas de informações institucionais disponíveis, sendo o completo sigilo de identificação nominal garantido pela codificação numérica sequencial dos participantes e apresentação dos resultados de forma agregada, foi solicitada a dispensa da obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido.

7.6.1. Riscos, precauções e cautelas

De acordo com o item V da Resolução CNS nº466/2012, “toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas”. Visando reduzir estes riscos os dados necessários para essa pesquisa foram coletados junto à Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação sem identificação nominal dos servidores e sem a necessidade de participação ativa dos mesmos.

Vale ressaltar que, para realização da pesquisa, foi solicitada a autorização do Secretário Municipal de Educação de Rio Branco, para que após aprovação do projeto de pesquisa junto ao CEP da UFAC, ter acesso às informações quanto aos afastamentos dos professores no período de 2014 a 2017.

Desta maneira, o risco relacionado à pesquisa é o da perda de confidencialidade, contudo o pesquisador responsável se compromete em resguardar a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes. Para minimizar esse risco, as informações coletadas foram organizadas em tabelas, sendo os participantes identificados apenas com seus números de matrícula institucional. Estas

informações foram codificadas e armazenadas em computador com senha de acesso, utilizada apenas pelo pesquisador responsável, e armazenado na sala específica do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, localizado no Bloco dos Doutorados da Universidade Federal do Acre. Os resultados desse estudo poderão ser apresentados em eventos ou em publicações científicas sem que os participantes sejam identificados, a fim de preservar suas identidades.

Em caso de danos e/ou complicações decorrentes da pesquisa, o pesquisador responsável e a instituição de ensino (UFAC) se comprometem em prestar assistência imediata, assim como, se responsabilizam pela assistência integral e gratuita aos participantes do estudo pelo tempo que for necessário, e ainda, será garantido aos participantes o direito a indenização em caso de danos decorrentes desse estudo.

7.6.2. Benefícios

Com o estudo foram obtidas informações sobre a saúde ocupacional dos professores e os resultados obtidos poderão ter como benefício indireto contribuir para o avanço do conhecimento científico na área de saúde ocupacional dos professores do município de Rio Branco – Acre, por meio da produção e publicação de artigo científico.

8. RESULTADOS

8.1. Estudo observacional descritivo dos professores efetivos do município de Rio Branco, que atuaram no período de 2014 a 2017.

Com base nos dados obtidos por meio da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, Acre, a população analisada foi de 1.584 professores efetivos da educação básica, que compreende a educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I (1º ao 5º ano).

A Tabela 1 mostra o quantitativo de professores (efetivos e contratados) e o percentual deste total de professores que correspondem aos profissionais efetivos, por ano do estudo (2014 – 2017).

Tabela 1. Quantitativo total de professores (efetivos e contratados) da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco - Acre, e porcentagem de professores efetivos, de 2014 a 2017.

Ano	Nº de professores	Nº de professores efetivos	Porcentagem de efetivos
2014	1.529	1.039	67,95%
2015	1.627	971	59,68%
2016	1.695	997	58,82%
2017	1.776	1.338	75,33%
2014 - 2017	2.676	1.584	59,19%

A Tabela 2, apresenta as características sociodemográficas e as variáveis associadas ao trabalho dos professores efetivos da rede pública municipal de educação, de 2014 a 2017. A qual se caracterizou o predomínio de professores do sexo feminino (84,4%), idade de 30 a 39 anos (35,0% - idade mínima de 23, máxima de 67 e média de 40 anos), carga horária de trabalho de 25 h semanais (85%), atuação no ensino fundamental I (57,8%) lotação em escolas do perímetro urbano de Rio Branco (95,2%) e 11 anos ou mais de serviço no início da coorte, na data de 01/01/2014 (43,7%).

Tabela 2. Características sociodemográficas e variáveis relacionadas ao trabalho dos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.

Variáveis	Categorias	N	%
Sexo	Masculino	241	15,2
	Feminino	1343	84,8
Idade	≤ 29 anos	248	15,7
	30 a 39 anos	554	35,0
	40 a 49 anos	470	29,7
	50 a 59 anos	246	15,5
	60 anos ou mais	66	4,2
Carga Horária de Trabalho no município	25 h	1347	85,0
	40 h	182	11,5
	50 h (duplo vínculo no município)	55	3,5
Fases	Creche	182	11,5
	Pré-escola	486	30,7
	Ensino Fundamental I	916	57,8
Localização	Urbana	1508	95,2
	Rural	76	4,8
Tempo de Serviço Em 01/01/2014	Zero	494	31,2
	Menos que 1 ano	160	10,1
	De 1 a 10 anos	238	15,0
	11 anos ou mais	692	43,7

No período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017, 471 professores efetivos da rede pública municipal apresentaram 1.151 afastamentos médicos à Divisão de Recursos Humanos da SEME, sendo 203 licenças médicas com afastamentos superiores a 15 dias e 948 atestados com afastamentos de até 15 dias.

A prevalência de período de afastamentos para o total de professores efetivos foi de 29,73%. Ao se analisar por fase de ensino, os professores de creche apresentaram maior prevalência de período (46,15%), seguidos dos professores da pré-escola (30,65%) e ensino fundamental (27,51%). A prevalência de período para 3 afastamentos ou mais foi de 10,10%. O grupo da creche apresentou uma maior prevalência de período para 3 afastamentos ou mais (14,28%), quando comparado com os professores de pré-escola (11,52%) e ensino fundamental (8,51%); (Tabela 3).

A Tabela 3 apresenta o índice de frequência de absenteísmo-doença dos professores efetivos da rede pública municipal, que foi calculada dividindo-se o número de afastamentos pelo número de professores a risco de adoecer em cada fase de ensino, observa-se que o índice de absenteísmo-doença geral dos professores efetivos foi de 0,72. Ao observarmos por fase de ensino, esse índice foi maior no grupo de professores de creche (1,01) com 184 afastamentos, seguido dos professores da pré-escola (0,76) com 372 afastamentos e do ensino fundamental (0,64) com 595 afastamentos.

A duração média dos afastamentos apresentados pelos professores efetivos do município de Rio Branco apresentados à Divisão de Recursos Humanos da SEME foi de 24,07 dias. Ao se observar as fases de ensino, a maior duração média de afastamentos foi apresentada pelos professores do ensino fundamental, 29,56 dias; seguido dos professores da pré-escola com a média de 21,86 dias; e dos professores da creche com média de 10,79 dias.

Tabela 3. Perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde dos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.

Indicadores	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Total de professores efetivos
	N = 182	N = 486	N = 916	N = 1584
Nº de professores afastados	84	149	252	471
Prevalência de Período (1 afastamento)	46,15%	30,65%	27,51%	29,73%
Nº de professores com 3 afastamentos ou mais	26	56	78	160
Prevalência de período (3 afastamentos ou mais)	14,28%	11,52%	8,51%	10,10%
Nº de licenças	11	62	130	203
Nº de atestados	173	310	465	948
Total de afastamentos	184	372	595	1151
Índice de frequência de absenteísmo-doença*	1,01	0,76	0,64	0,72
Nº de dias de afastamentos	1.986	8.132	17.587	27.705
Duração média das ausências**	10,79	21,86	29,56	24,07

* Número de afastamentos/ Número de professores a risco

** Número de dias de afastamentos / Número de afastamentos

Dentre os 21 capítulos da divisão da CID-10, os atestados e licenças médicas apresentados pelos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, de 2014 a 2017, se encaixam em 18 capítulos (Tabela 4). Nenhum professor registrou afastamento relacionado aos Capítulos XVI (afecções originadas no período perinatal), XVII (malformações congênitas) e XX (causas externas de morbidade e de mortalidade) da CID-10.

A maior proporção de afastamentos encontra-se no capítulo V (Códigos F00 – F99) transtornos mentais e comportamentais com 292 afastamentos (25,36% dos afastamentos apresentados). Em segundo lugar, ficaram os afastamentos relacionados ao Capítulo XIII (Códigos M00 – M99) doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, com 23,89% dos afastamentos. Em terceiro lugar temos os afastamentos relacionados ao Capítulo X (Códigos J00 – J99) que

dizem respeito às doenças do aparelho respiratório, com 16,59% dos afastamentos. E em quarto lugar, aparece o Capítulo IX (Códigos I00 – I99), doenças do aparelho circulatório, com 73 afastamentos (6,34%).

Tabela 4. Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos e prevalência de período, por capítulos da CID-10, professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.

Capítulo CID-10	Nº de Licenças	Nº de atestados	Nº de afastamentos	Proporção (%)	Prevalência (%)
V - Transtornos mentais e comportamentais	67	225	292	25,36	7,45
XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	62	213	275	23,89	7,83
X - Doenças do aparelho respiratório	8	183	191	16,59	6,12
IX - Doenças do aparelho circulatório	14	59	73	6,34	2,46
VI - Doenças do sistema nervoso	2	49	51	4,43	1,52
XIX - Lesões ou envenenamento, causas externas	13	26	39	3,38	1,14
XI - Doenças do aparelho digestivo	3	34	37	3,21	1,20
XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde, contato com serviço de saúde	11	22	33	2,86	1,83
XIV - Doenças do aparelho geniturinário	9	15	24	2,08	0,88
XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	9	14	23	1,99	1,01
IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2	20	22	1,91	0,88
I - Doenças infecciosas	3	18	21	1,82	0,88
VII - Doenças dos olhos	0	14	14	1,21	0,57
SEM CID	0	13	13	1,29	0,38
II - Neoplasias	4	5	9	0,78	0,38
XV - Gravidez, parto e puerpério	0	9	9	0,78	0,25
VIII - Doenças do ouvido	4	2	6	0,52	0,25
III - Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	2	0	2	0,17	0,06
XII - Doenças da pele e tecido subcutâneo	0	1	1	0,08	0,06

A Tabela 5 apresenta que, para o período do estudo, os professores efetivos da rede pública municipal estiveram afastados de suas funções por 29.420 dias, somando-se os dias de atestados e licenças médicas.

Ao se agrupar os dias de afastamento de acordo com os capítulos que norteiam a CID-10, a maior proporção de dias de afastamentos é apresentada no capítulo XIII (Códigos M00 – M99) doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, com 26,89% dos dias de afastamentos.

Os transtornos mentais e comportamentais, capítulo V (Códigos F00 – F99) levaram os professores a se ausentarem da sala de aula por 7.696 dias, o que representa 26,16% do total de dias de afastamentos.

As doenças do aparelho respiratório têm expressiva participação no número de dias de afastamentos das atividades profissionais dos professores com 9,46% do total de dias e afastamentos.

Tabela 5. Dias de afastamentos por capítulos da CID-10, professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.

Capítulo CID-10	Total de dias de Licenças	Total de dias de atestados	Total de dias de afastamentos	Proporção de dias de afastamentos (%)
XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5.969	1941	7.910	26,89
V - Transtornos mentais e comportamentais	5.676	2020	7.696	26,16
X - Doenças do aparelho respiratório	1.166	1616	2.782	9,46
XIV - Doenças do aparelho geniturinário	1.973	97	2.070	7,04
IX - Doenças do aparelho circulatório	1.346	421	1.767	6,01
XIX - Lesões ou envenenamento, causas externas	1.458	214	1.672	5,68
XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde, contato com serviço de saúde	768	206	974	3,31
XVII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	848	88	936	3,18
II - Neoplasias	840	9	849	2,89
VI - Doenças do sistema nervoso	368	304	672	2,28
I - Doenças infecciosas	451	120	571	1,94
XI - Doenças do aparelho digestivo	180	247	427	1,45
IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	226	167	393	1,24
VIII - Doenças do ouvido	185	30	215	0,73
III - Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	210	0	210	0,71
SEM CID	0	131	131	0,45
XV - Gravidez, parto e puerpério	0	86	86	0,29
VII - Doenças dos olhos	0	58	58	0,20
XII - Doenças da pele e tecido subcutâneo	0	1	1	0,00
Total	21.664	7.756	29.420	100

A tabela 6 apresenta os dados dos afastamentos por causas específicas do grupo das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (Capítulo XIII da CID-10). A maior proporção de afastamentos pelo Capítulo XIII foi em decorrência de dorsalgias (M54) com 8,43% do total de afastamentos apresentados à Divisão de Recursos da SEME por todas as causas e uma prevalência de período de 3,16%, deixando os professores fora da sala de aula por 1.814 dias ao todo. Os transtornos dos discos intervertebrais (M51) também apresentaram elevada proporção (4,43%) e prevalência de período (1,33%), afastando os professores de suas funções laborais por 1.776 dias. Em terceiro lugar, observamos as lesões do ombro (M75) com 1,43% dos afastamentos por todas as causas e uma prevalência de período de 0,63%, que provocou um absenteísmo docente de 851 dias.

Tabela 6. Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo XIII da CID-10 - doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00 – M99), professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 - 2017.

CID-10	Afastamentos	Proporção (%)	Prevalência (%)	Dias
M54 – Dorsalgia	97	8,43	3,16	1.814
M51 - Outros transtornos de discos intervertebrais	51	4,43	1,33	1.776
M75 - Lesões do ombro	21	1,82	0,63	851
M50 - Transtornos dos discos cervicais	15	1,30	0,32	284
M79 - Outros transtornos dos tecidos moles, não classificados em outra parte	14	1,22	0,51	435
M41 – Escoliose	12	1,04	0,32	68
M17 - Artrose da primeira articulação carpometacarpiana	10	0,87	0,32	720
M19 - Outras artroses	9	0,78	0,25	211
M65 - Sinovite e tenossinovite	8	0,70	0,32	317
M06 - Outras artrites reumatóides	5	0,43	0,19	189
M76 - Entesopatias dos membros inferiores, excluindo pé	5	0,43	0,06	69
M16 - Coxartrose (artrose do Quadril)	4	0,35	0,06	44
M47 – Espondilose	4	0,35	0,13	34
M73 - Transtornos dos tecidos moles em doenças classificadas em outra parte	4	0,35	0,13	26
M32 - Lúpus eritematoso disseminado (sistêmico)	3	0,26	0,06	46
M62 - Outros transtornos musculares	3	0,26	0,13	17
M21 - Outras deformidades adquiridas dos membros	2	0,17	0,06	607
M35 - Outras afecções sistêmicas do tecido conjuntivo	2	0,17	0,06	109
M77 - Outras entesopatias	2	0,17	0,06	105
M13 - Outras artrites	1	0,09	0,06	118
M14 - Artropatias em outras doenças classificadas em outra parte	1	0,09	0,06	60
M23 - Transtornos internos dos joelhos	1	0,09	0,06	7
M30 - Poliarterite nodosa e afecções correlatas	1	0,09	0,06	3
Total	275			7.910

A Tabela 7 apresenta os dados de afastamentos e prevalências de período por causas específicas do Capítulo V da CID-10, transtornos mentais e comportamentais. O maior motivo de afastamentos, deste capítulo, foi em decorrência de episódios depressivos (F32), que afastou os professores da sala de aula por 2.895 dias, com 9,82% dos afastamentos por todas as causas e uma prevalência de período de 2,92%. Os transtornos ansiosos (F41), foram a segunda maior causa de absenteísmo docente para o Capítulo V (8,41% dos afastamentos por todas as causas) com uma prevalência de período de 2,21%, deixando os professores fora da sala de aula por 1.236 dias. O transtorno afetivo bipolar (F31), têm expressiva participação no número de dias de afastamentos, com 3,04% dos afastamentos por todas as causas e uma prevalência de período de 0,82%.

Tabela 7. Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo V da CID-10- Transtornos mentais e comportamentais (F00 – F99).

CID-10	Afastamentos	Proporção (%)	Prevalência (%)	Dias
F32 - Episódios depressivos	113	9,82	2,90	2.895
F41 - Outros transtornos ansiosos	98	8,51	2,21	1.236
F31 - Transtorno afetivo bipolar	35	3,04	0,82	2.851
F33 - Transtorno depressivo recorrente	32	2,78	1,20	584
F25 - Transtornos esquizoafetivos	4	0,35	0,06	30
F28 - Outros transtornos psicóticos não-orgânicos	2	0,17	0,06	16
F40 - Transtornos fóbico-ansiosos	2	0,17	0,13	30
F42 - Transtorno obsessivo-compulsivo	2	0,17	0,06	6
F04 - Síndrome amnésica orgânica não induzida pelo álcool ou por outras substâncias psicoativas	1	0,09	0,06	15
F10 - Transtornos Mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool	1	0,09	0,06	2
F39 - Transtorno do humor (afetivo) não especificado	1	0,09	0,06	30
F43 - Reações ao <i>stress</i> grave e transtornos de adaptação	1	0,09	0,06	1
TOTAL	292			7.696

A proporção de afastamentos e as prevalências de períodos por causas específicas do grupo das doenças do aparelho respiratório (Capítulo X) são apresentadas na Tabela 8. Os professores foram afastados da sala de aula por 760 dias em decorrência de problemas nas cordas vocais e na laringe (J38), com 3,56% dos afastamentos por todas as causas e uma prevalência de período de 1,26%. O resfriado comum (J00 - nasofaringite aguda), foi a segunda maior causa de afastamentos deste capítulo, com 2,35% dos afastamentos por todas as causas e uma prevalência de período de 0,82%. As amigdalites agudas (J03) afastaram os professores da sala de aula por 90 dias, com 2,00% dos afastamentos apresentados e uma prevalência de período de 0,82%.

Tabela 8. Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos por todas as causas, prevalência de período e dias de afastamento, por causas específicas do Capítulo X da CID-10- Doenças do aparelho respiratório (J00 – J99).

CID-10	Afastamentos	Proporção (%)	Prevalência (%)	Dias
J38 - Doenças das cordas vocais e da laringe não classificadas em outra parte	41	3,56	1,26	760
J00 - Nasofaringite aguda (resfriado comum)	27	2,35	0,82	205
J03 - Amigdalite aguda	23	2,00	0,82	90
J45 – Asma	18	1,56	0,88	790
J11 - Influenza (gripe) devida a vírus não identificado	17	1,48	0,82	142
J01 - Sinusite aguda	11	0,96	0,32	61
J37 - Laringite e laringotraqueíte crônicas	9	0,78	0,25	75
J35 - Doenças crônicas das amígdalas e das adenoides	7	0,61	0,25	308
J02 - Faringite aguda não especificada	6	0,52	0,19	58
J15 - Pneumonia bacteriana não classificada em outra parte	5	0,43	0,13	41
J33 - Pólipo nasal	5	0,43	0,25	28
J06 - Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas	4	0,35	0,06	52
J40 - Bronquite não especificada como aguda ou crônica	4	0,35	0,06	11
J20 - Bronquite aguda	3	0,26	0,06	12
J42 - Bronquite crônica não especificada	3	0,26	0,06	3
J32 - Sinusite crônica	2	0,17	0,13	65
J44 - Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	2	0,17	0,06	30
J18 - Pneumonia por microorganismo não especificada	1	0,09	0,06	15
J21 - Bronquiolite aguda	1	0,09	0,06	5
J30 - Rinite alérgica e vasomotora	1	0,09	0,06	1
J41 - Bronquite crônica simples e a mucopurulenta	1	0,09	0,06	30
TOTAL	191			2.782

8.2. Estudo de coorte retrospectiva dos professores efetivados entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017

A coorte retrospectiva é composta por 494 professores efetivos municipais de Rio Branco, efetivados entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017. Conforme dados da Tabela 9, a maioria dos professores efetivados no período é do sexo feminino (85,0%), com idades entre 30 e 39 anos (44,7%), com uma carga horária semanal de trabalho na rede municipal de 25 h (73,1%), trabalham, quase que na mesma proporção, na educação infantil (50,4%) e no ensino fundamental (49,6%), sendo que a maioria desempenha as atividades docentes em turmas do ensino fundamental I (49,6%) em escolas localizadas no perímetro urbano do município de Rio Branco (92,1%).

Tabela 9. Características sociodemográficas e variáveis relacionadas ao trabalho dos professores efetivados entre 2014 e 2017 da rede pública municipal de Rio Branco, Acre.

Variáveis	Categorias	N	%
Sexo	Masculino	74	15,0
	Feminino	420	85,0
Idade	≤ 29 anos	190	38,5
	30 a 39 anos	221	44,7
	40 a 49 anos	75	15,2
	50 a 59 anos	7	1,4
	60 anos ou mais	1	0,2
Carga Horária de Trabalho no município	25 h	361	73,1
	40 h	110	22,2
	50 h (duplo vínculo no município)	23	4,70
Etapa de Ensino	Educação Infantil	249	50,4
	Ensino Fundamental	245	49,6
Fases	Creche	110	22,3
	Pré-escola	139	28,1
	Ensino Fundamental I	245	49,6
Localização	Urbana	455	92,1
	Rural	39	7,9

Com base nos dados apresentados na Tabela 10, o grupo de professores efetivados no período do estudo apresentou, ao todo, 260 afastamentos à Divisão de Recursos Humanos da SEME, entre atestados e licenças médicas. Fincando fora da sala de aula por 2.877 dias.

A prevalência de período de afastamentos dos professores efetivos da rede pública municipal de Rio Branco foi de 25,10%. Os professores de creche apresentaram maior prevalência de período (30,0%), seguidos dos professores da pré-escola (23,74%) e ensino fundamental (23,67%). A prevalência de período para pelo menos 3 afastamentos foi de 6,68%, sendo maior para o grupo da creche (10,91%), quando comparado com os professores de pré-escola (7,19%) e ensino fundamental (4,49%).

O índice de frequência de absenteísmo doença dos professores efetivados da rede pública municipal de educação é de 0,53. O grupo de professores efetivados apresentou ao todo 260 afastamentos no período. Ao se observar as fases de ensino, a creche é a que apresentou maior índice de absenteísmo (0,73) com 81 afastamentos, seguida da pré-escola (0,53) com 74 afastamentos e o ensino fundamental (0,43) com 105 afastamentos ao todo.

A duração média dos afastamentos apresentados pelos professores efetivados do município de Rio Branco foi de 11,06 dias, (Tabela 10), com um tempo médio de 439,6 dias para o pedido do primeiro afastamento. Ao se observar as fases de ensino, a maior duração média dos afastamentos foi apresentada pelos professores da pré-escola (13,69 dias); seguido dos professores do ensino fundamental (11,50 dias); e dos professores da creche (8,09 dias).

Tabela 10. Perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, 2014-2017.

Indicadores	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Total de professores efetivos
	N = 110	N = 139	N = 245	N = 494
Nº de professores afastados	33	33	58	124
Prevalência de Período (1 afastamento)	30%	23,74%	23,67%	25,10%
Nº de professores com 3 afastamentos ou mais	12	10	11	33
Prevalência de período (3 afastamentos ou mais)	10,91	7,19	4,49%	6,68%
Nº de licenças	4	6	5	15
Nº de atestados	77	68	100	245
Total de afastamentos	81	74	105	260
Índice de frequência de absenteísmo-doença*	0,73	0,53	0,43	0,53
Nº de dias de afastamentos	656	1.013	1.208	2.877
Duração média das ausências**	8,09	13,69	11,50	11,06

* Número de afastamentos/ Número de professores a risco

** Número de dias de afastamentos / Número de afastamentos

Com base nos dados apresentados na Tabela 11, ao se observar a proporção de afastamentos agrupados pelos Capítulos da CID-10, temos que, tanto para número de afastamentos apresentados, quanto para o total de dias de afastamentos, os maiores valores estão nos Capítulos que fazem referência às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (Capítulo XIII – Códigos M00 – M99), às doenças do aparelho respiratório (Capítulo X - Códigos J00 – J99) e transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V – Códigos F00 – F99).

Ao calcular as prevalências de período dos afastamentos agrupados pelos Capítulos da CID-10, observa-se que o maior número de professores afastados foi em decorrência de doenças do Capítulo X - doenças do aparelho respiratório (6,48%), Capítulo XIII – doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (5,67%) e Capítulo V - transtornos mentais e comportamentais (4,45%). Nenhum professor foi

afastado por doenças relacionadas aos Capítulos III (doenças do sangue e órgãos hematopoéticos), XII (doenças da pele e tecido subcutâneo), XVI (afecções originadas no período perinatal), XVII (malformações congênitas) e XX (causas externas de morbidade e de mortalidade), no período do estudo.

Tabela 11. Número de afastamentos, proporção dentre o número total de afastamentos, prevalência de período, dias de afastamento e proporção dentre o número total de dias de afastamentos, por capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, Acre, 2014 – 2017.

Capítulo CID-10	Nº de afastamentos	Proporção de afastamentos (%)	Prevalência (%)	Dias de afastamentos	Proporção de dias de afastamentos (%)
X – Doenças do aparelho respiratório	62	23,85	6,48	720	25,03
XIII – Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	66	25,38	5,67	819	28,47
V - Transtornos mentais e comportamentais	35	13,46	4,45	669	23,25
VI – Doenças do sistema nervoso	28	10,77	2,43	139	4,83
IX – Doenças do aparelho circulatório	19	7,31	1,82	105	3,65
XI – Doenças do aparelho digestivo	10	3,85	1,62	52	1,81
XXI – Fatores que influenciam o estado de saúde, contato com serviço de saúde	8	3,08	1,42	140	4,87
I – Doenças infecciosas	7	2,69	1,01	44	1,53
XVIII – Sintomas, sinais e achados de exames clínicos e de laboratório	6	2,31	0,81	77	2,68
VII – Doenças dos olhos	4	1,54	0,61	9	0,31
XV – Gravidez, parto e puerpério	4	1,54	0,40	32	1,11
II – Neoplasias	3	1,15	0,20	3	0,10
IV – Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2	0,77	0,20	2	0,07
VIII – Doenças do ouvido	2	0,77	0,20	30	1,04
XIV – Doenças do aparelho geniturinário	1	0,38	0,20	30	1,04
XIX – Lesões ou envenenamento, causas externas	3	1,15	0,20	6	0,21
TOTAL	260	100		2.877	100

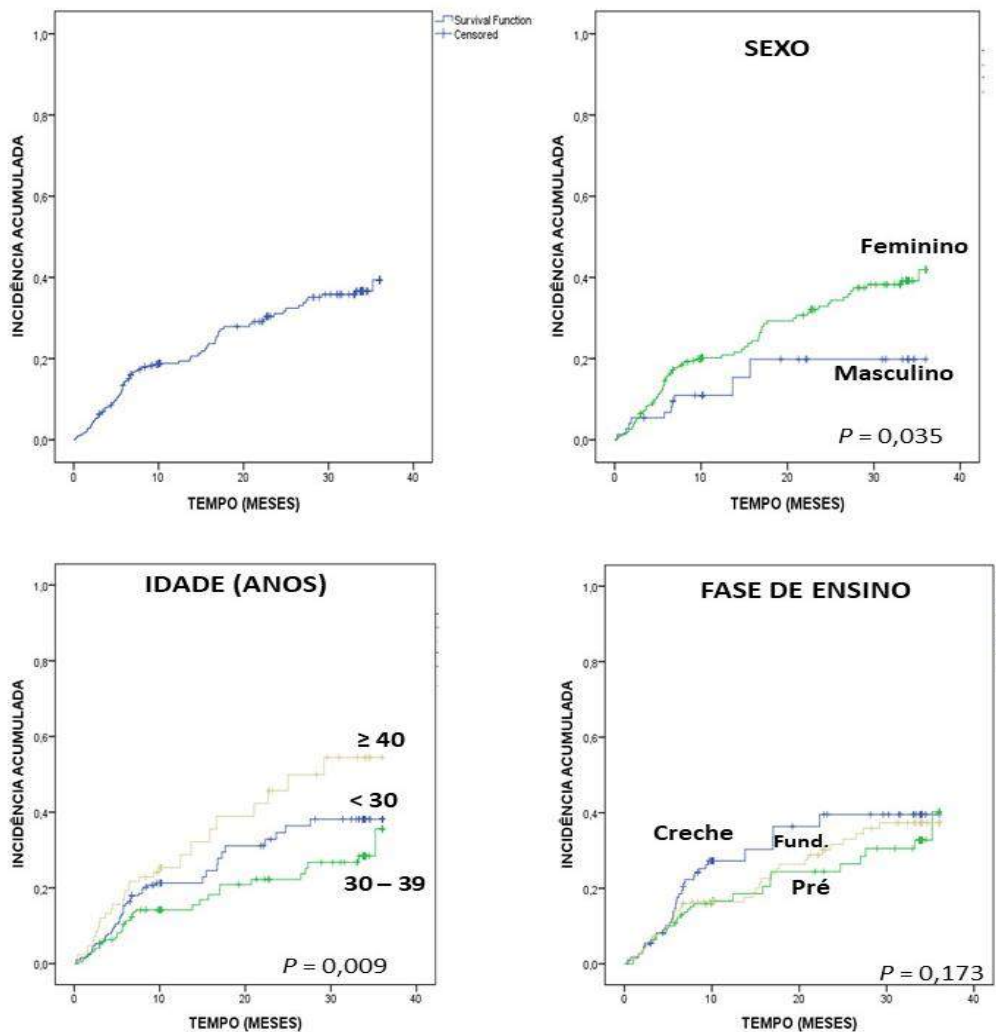
A incidência acumulada de afastamentos (atestados e licenças médicas) por todas as causas foi 39,4% após 3 anos de seguimento, conforme dados da Tabela 12. Ao agrupar as doenças de acordo com os Capítulos da CID-10, as doenças do aparelho respiratório apresentaram a maior incidência acumulada de afastamentos (10,1%), seguidas pelas doenças do Cap. XIII, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, com incidência acumulada de 7,90%, e em terceiro lugar, observam-se as doenças mentais e comportamentais (Cap. V da CID-10), com incidência acumulada de 7,00% após 3 anos de seguimento.

Tabela 12. Incidência acumulada de afastamentos por motivo de doenças e agravos de saúde e por Capítulos da CID-10, da coorte de professores efetivados da rede pública municipal de Rio Branco, 2014-2017.

Tempo de seguimento	Nº a risco	Nº de professores afastados no período	Probabilidade de afastamento no período	Incidência acumulada de afastamentos (%)
Todas as causas				
1 ano	494	92	0,186	18,8
2 anos	373	20	0,053	31,1
3 anos	102	9	0,088	39,4
Capítulo XIII				
1 ano	494	21	0,042	4,30
2 anos	458	4	0,008	6,60
3 anos	165	2	0,012	7,90
Capítulo V				
1 ano	494	14	0,028	2,90
2 anos	445	5	0,011	5,70
3 anos	167	2	0,012	7,00
Capítulo X				
1 ano	494	24	0,048	4,90
2 anos	443	4	0,009	7,30
3 anos	140	2	0,014	10,1

A Figura 2 apresenta as curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier usando o teste log-rank para comparar a probabilidade de se afastarem por qualquer causa entre os grupos de professores, em 36 meses de seguimento. A probabilidade de um professor efetivado ser afastado da sala de aula por qualquer doença ou agravo de saúde é de 39,4%. As variáveis sexo e idade categorizada apontam uma diferença significativa na probabilidade de afastamento, onde as mulheres apresentaram uma probabilidade de 41,9% de afastamento, enquanto os homens apresentaram 19,8%

($P = 0,035$). Os professores com 40 anos ou mais, apresentaram uma probabilidade de afastamento de 54,5%, o grupo com idades entre 30 e 39 anos têm a probabilidade de afastamento de 28,4% e os professores com até 29 anos de idade apresentaram uma probabilidade de 38,2% ($P = 0,009$). Entre as variáveis fase de ensino (creche, pré-escola ou ensino fundamental), carga horária (25 h, 40 h ou 50 h) e localização (urbana ou rural) as diferenças de probabilidade de afastamento não foram estatisticamente significativas.



(Continua)

Figura 2. Incidência acumulada de afastamento por qualquer adoecimento em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017.

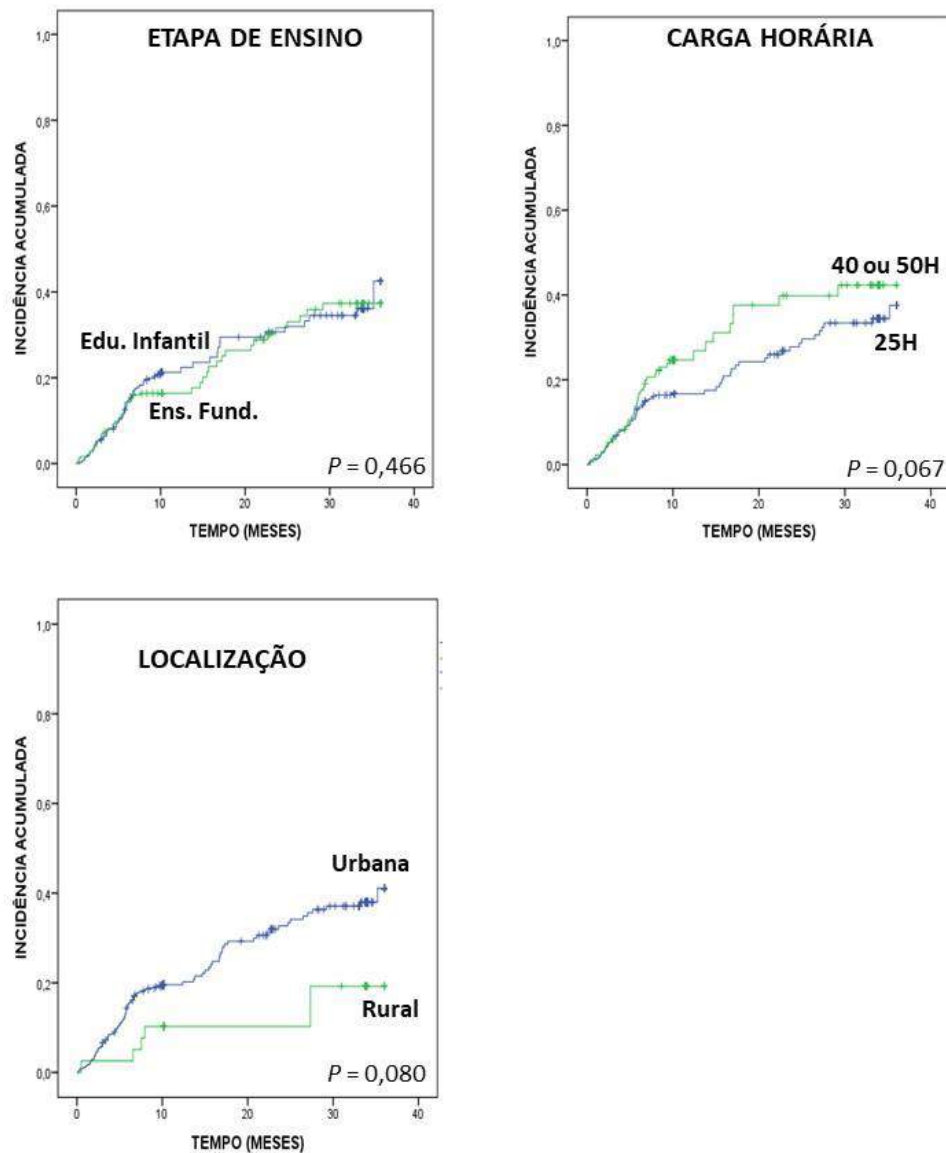
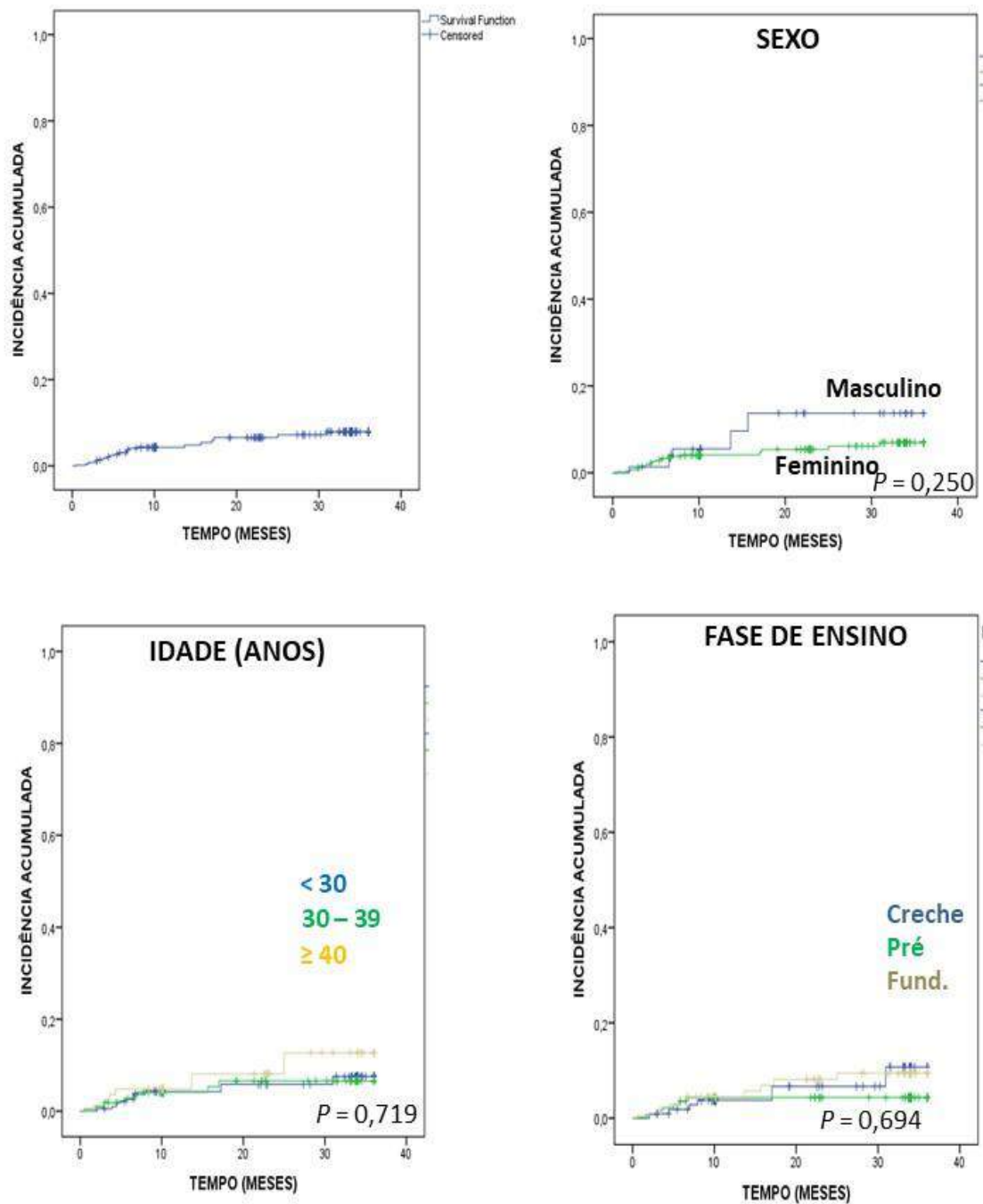


Figura 2. Incidência acumulada de afastamento por qualquer adoecimento em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017 (Continuação).

A probabilidade de um professor efetivado ser afastado em decorrência de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00 – M99 - Capítulo XIII da CID-10) é de 7,90%, conforme Figura 3. Na comparação entre os grupos das variáveis sexo, idade categorizada, fase de ensino, carga horária de trabalho e localização da escola as diferenças de probabilidades de afastamento não foram estatisticamente significativas.



(Continua)

Figura 3. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo XIII da CID-10 (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017.

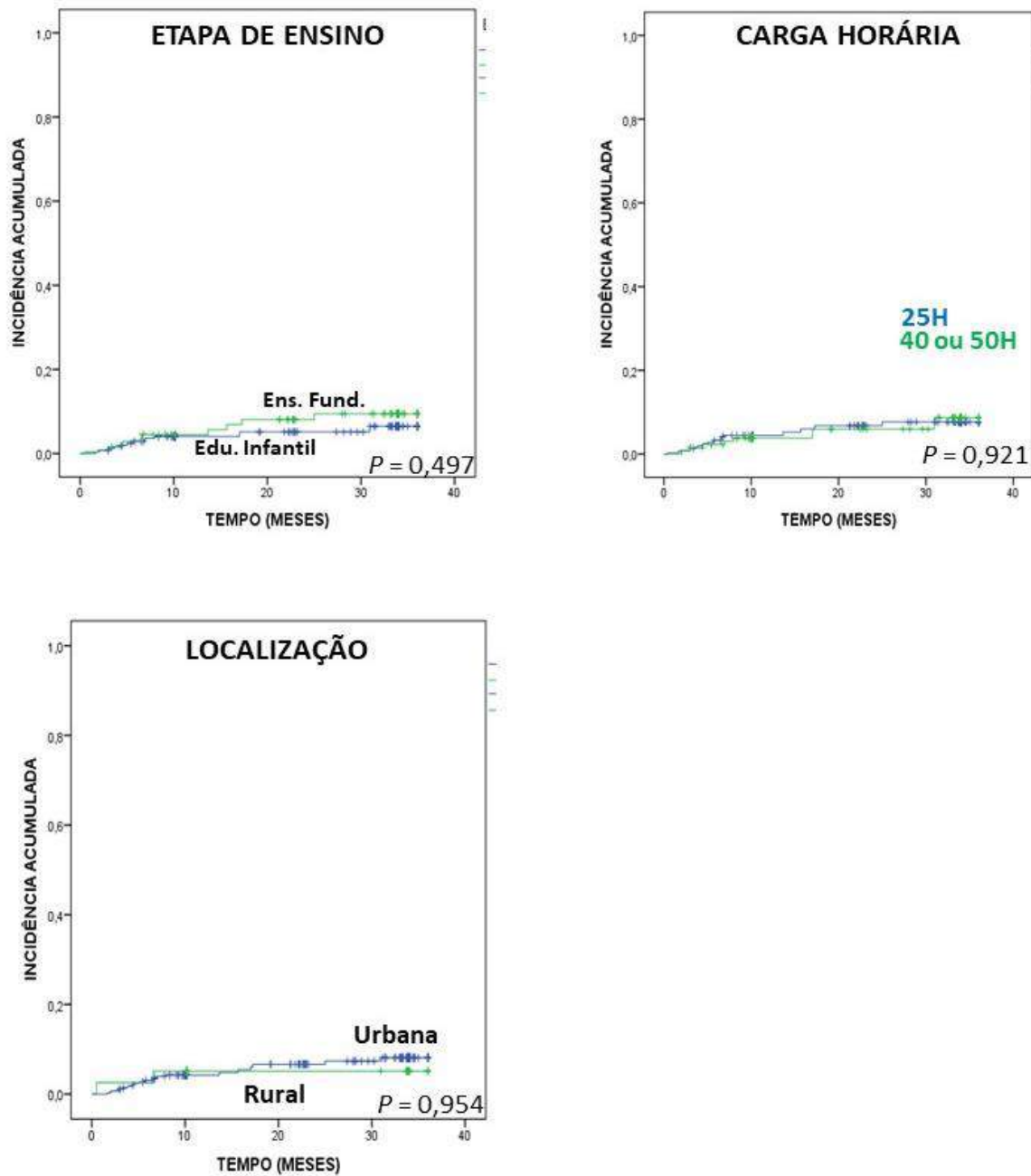


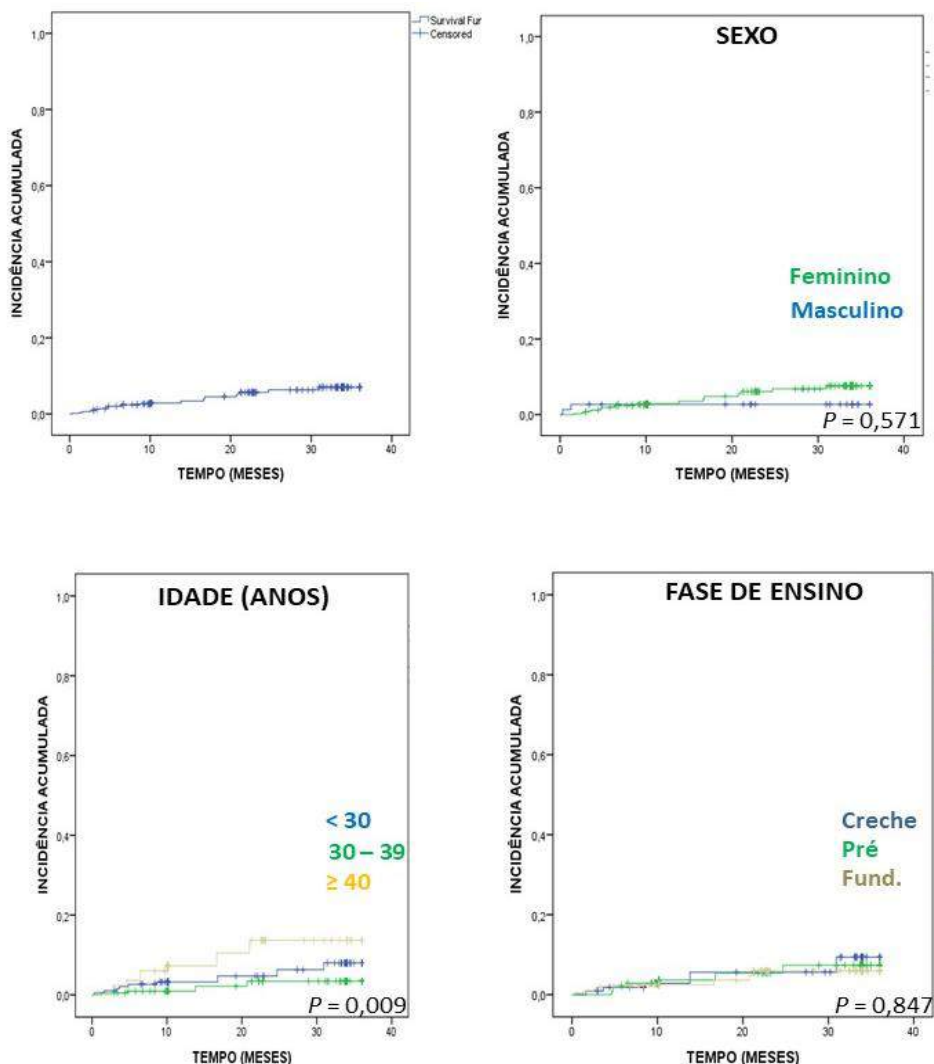
Figura 3. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo XIII da CID-10 (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017 (Continuação).

A Figura 4 apresenta as curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier usando o teste log-rank para a probabilidade de afastamento por transtornos mentais e comportamentais, Capítulo V da CID-10 (F00 – F99), em 36 meses, na coorte dos professores efetivados no período do estudo. A probabilidade de um professor

efetivado ser afastado por doenças e agravos de saúde relacionados ao Capítulo V da CID-10 foi de 7,00%.

A variável idade categorizada aponta uma diferença significativa na probabilidade de afastamento, na qual os professores com 40 anos ou mais, apresentaram uma probabilidade de 13,7%, o grupo com idades entre 30 e 39 anos 3,4% e os professores com até 29 anos de idade 8,00% ($P = 0,009$).

Na comparação entre os grupos das variáveis sexo, fase de ensino, etapa de ensino, carga horária de trabalho e localização da escola, as diferenças de probabilidade de afastamento não foram estatisticamente significativas.



(Continua)

Figura 4. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo V da CID-10 (transtornos mentais e comportamentais) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017.

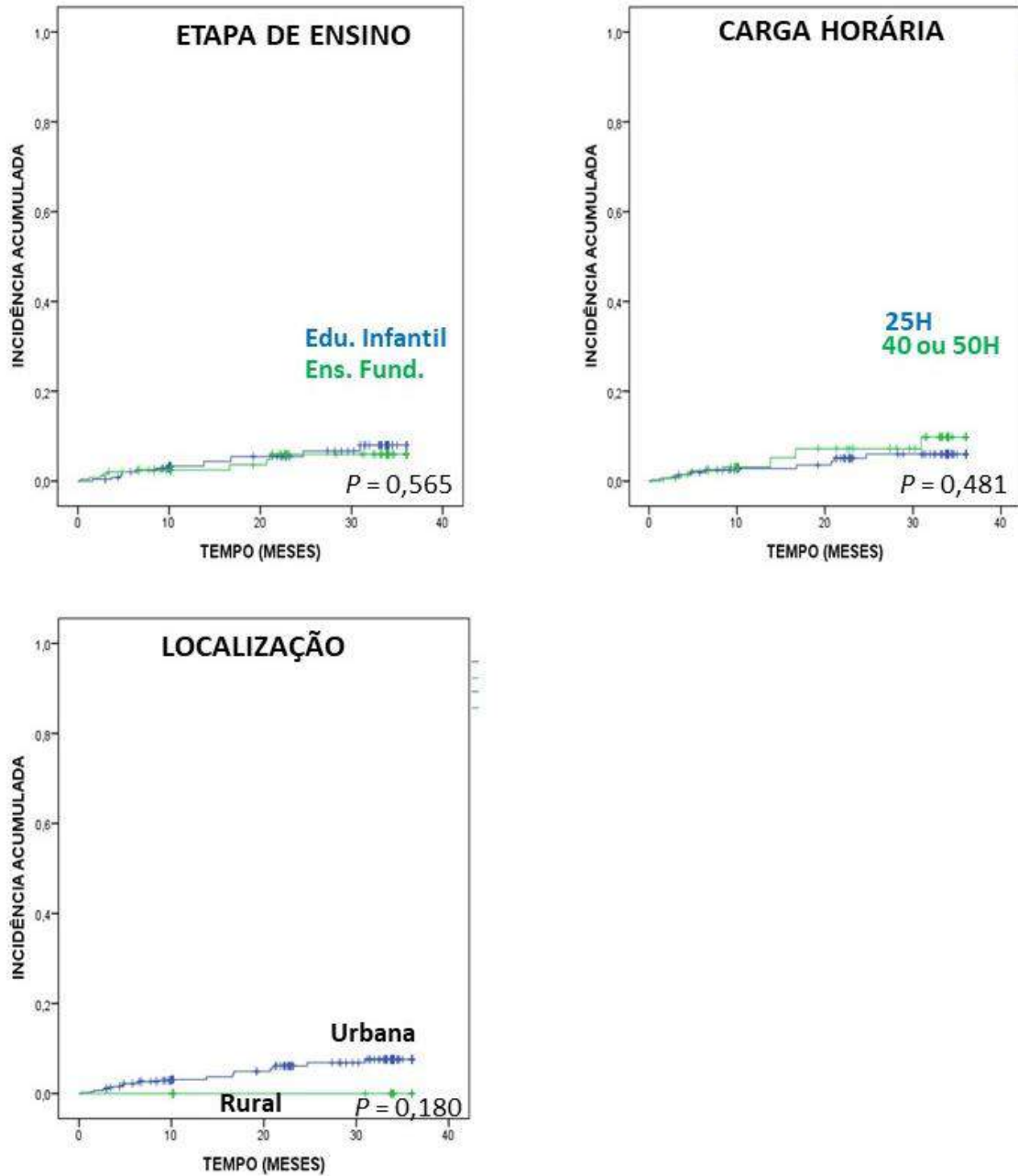
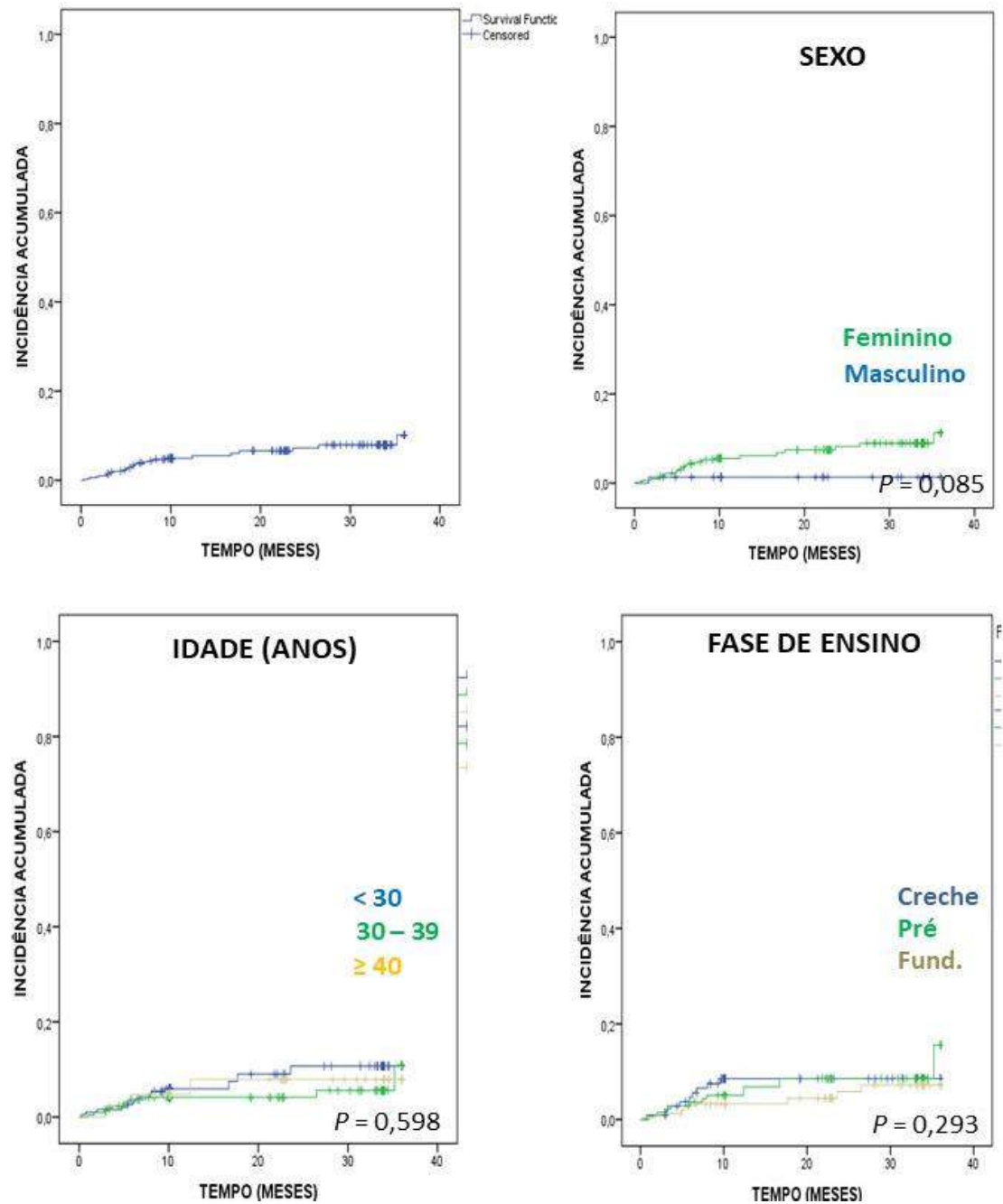


Figura 4. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo V da CID-10 (transtornos mentais e comportamentais) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017 (continuação).

A probabilidade de um professor efetivado ser afastado em decorrência de doenças do aparelho respiratório, Capítulo X da CID-10 (J00 – J99), é de 8,10%, conforme Figura 5. Na comparação entre os grupos das variáveis sexo, idade categorizada, fase de ensino, etapa de ensino, carga horária de trabalho e localização da escola as diferenças de probabilidade de adoecer não foram estatisticamente significativas.



(Continua)

Figura 5. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo X da CID-10 (doenças do aparelho respiratório) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017.

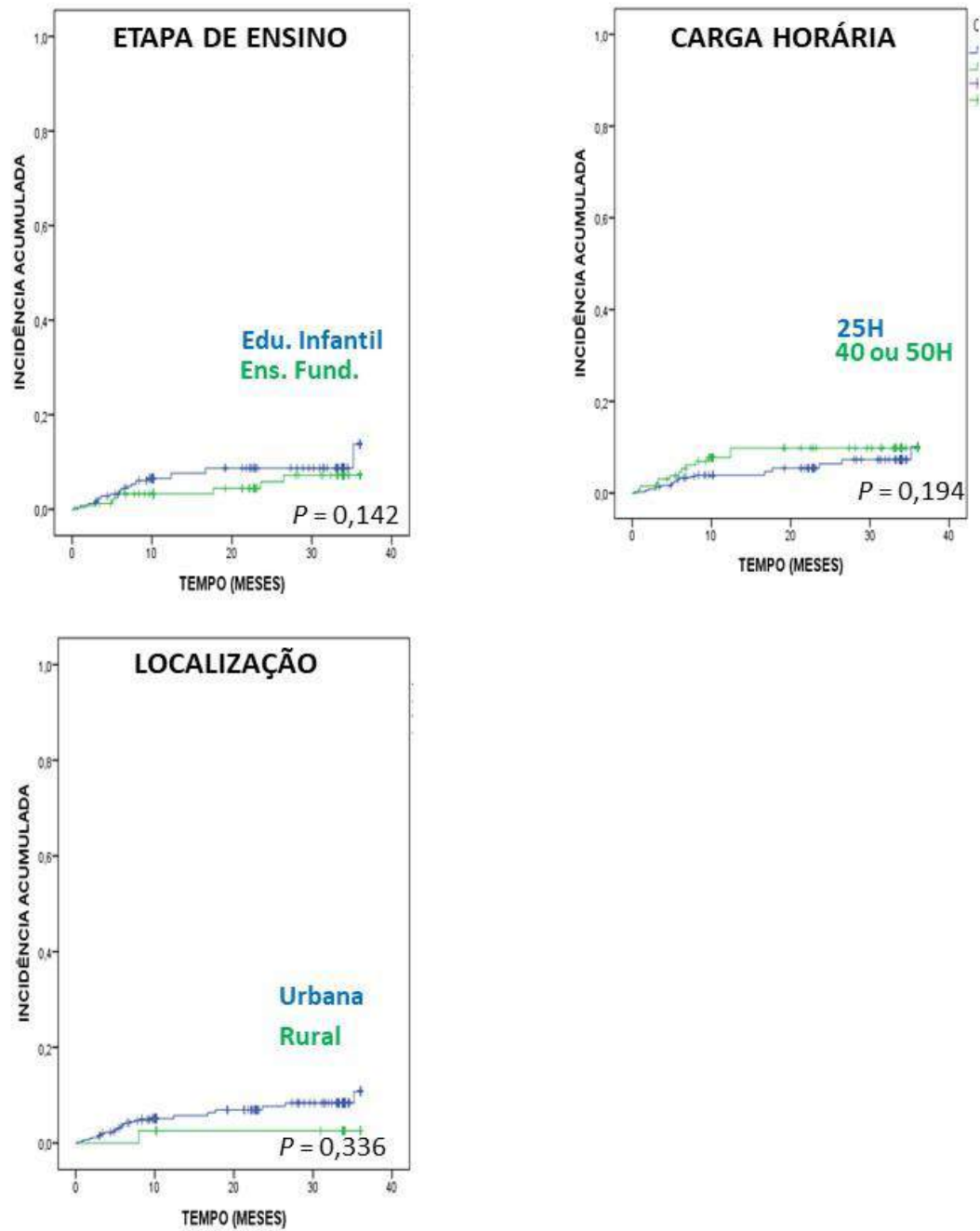


Figura 5. Incidência acumulada de afastamento por doenças do Capítulo X da CID-10 (doenças do aparelho respiratório) em 36 meses da coorte de professores efetivados, Rio Branco, Acre, 2014 – 2017 (continuação).

9. DISCUSSÃO

O absenteísmo é definido como a ausência do trabalhador no seu local de trabalho, que pode ser ocasionado por diversos fatores, sendo assim resultado de um fenômeno complexo. Essa ausência dos profissionais, por vezes, pode estar relacionada às condições de trabalho. No que se refere ao absenteísmo docente, este tem se apresentado como um problema de saúde pública e a produção científica nacional sobre essa temática ainda é escassa, quando comparada à produção internacional. Partindo desse pressuposto, o presente estudo buscou analisar o perfil de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde dos professores efetivos da educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I do município de Rio Branco – Acre, de 2014 a 2017.

No presente estudo 73,1% dos professores tinham uma carga horária semanal de trabalho na rede municipal de ensino de 25 h. Esses professores possuem apenas um contrato de trabalho na rede pública municipal, podendo atuar no ensino fundamental ou na pré-escola. Aqueles com 40 h de trabalho semanal são os que trabalham com as turmas de creche; e foram considerados como 50 h de trabalho semanal os professores com dois contratos (efetivo ou suplementação de carga horária) na rede pública municipal, podendo atuar no ensino fundamental ou na pré-escola. Uma limitação desse estudo é o fato de não apresentar se os professores lotados na Secretaria Municipal de Educação tinham outro vínculo empregatício como professor na rede privada ou rede estadual de educação. Hirata et al. (2018), ao analisar os dados do Inep 2017 apresentou as porcentagens dos professores que trabalham em um ou mais turnos na educação básica. Trazendo como resultado que 87,8% professores da educação infantil e 80,5% do ensino fundamental I trabalhavam em um único turno.

Os professores efetivos do município de Rio Branco apresentaram, no período de estudo, um total de 1.151 afastamentos (203 licenças e 948 atestados médicos) à Divisão de Recursos Humanos da SEME, perfazendo um total de 29.420 dias fora da sala de aula por motivo de doença ou agravo de saúde. Esses dados nos trazem uma prevalência de período de 29,73% onde 471 professores apresentaram pelo menos um atestado ou licença para o período de estudo. Já a coorte retrospectiva dos professores efetivados entre 2014 e 2017, apresentou ao todo 260 afastamentos (15

licenças e 245 atestados médicos), perfazendo um total de 2.877 dias fora da sala de aula por motivo de doença ou agravo de saúde, com uma prevalência de período de 25,10%, onde 124 professores foram afastados da sala de aula pelo menos uma vez. Nessa mesma perspectiva Leão et al. apresentam como resultado de sua pesquisa que a prevalência de absenteísmo doença no serviço público municipal de Goiânia foi de 47,5%.

De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), os maiores desafios encontrados na saúde do trabalhador atualmente estão focalizados nos problemas relacionados à saúde ocupacional, à crescente morbidade dos trabalhadores e aos afastamentos por licença médica (OPAS, 2010). Os indicadores de absenteísmo doença, como o índice de frequência de absenteísmo-doença e a duração média das ausências, utilizados no presente estudo, são parâmetros internacionalmente aceitos, que objetivam mensurar a ausência ao ambiente de trabalho por motivo de doença, permitindo o acompanhamento das variações ao longo de um período, como também, a comparação dos resultados, intra e intergrupos de trabalhadores. Ao se fazer uma análise dos indicadores associada ao perfil dos afastamentos, pode-se obter informações não só da situação epidemiológica dos trabalhadores, mas também das condições de trabalho, fornecendo elementos importantes para o planejamento das ações voltadas à saúde do trabalhador, bem como da sua efetividade (TABELÃO; TOMASI; NEVES, 2011).

Os 1.584 professores efetivos do município de Rio Branco apresentaram 1.151 afastamentos entre 2014 e 2017, perfazendo um índice de frequência de absenteísmo-doença de 0,72. Entre as fases de ensino, o índice foi maior no grupo de professores da creche (1,01), seguido dos professores da pré-escola (0,76) e do ensino fundamental (0,64). A duração média das ausências por motivo de doença e agravo de saúde foi de 24,07 dias, sendo que os professores de escolas do ensino fundamental apresentaram a maior duração média (29,56 dias) quando comparados com os da pré-escola (21,56 dias) e os da creche (10,79 dias). A coorte retrospectiva de professores efetivados apresentou 260 afastamentos, gerando um índice de absenteísmo-doença de 0,53. Sendo este maior no grupo de professores da creche (0,73), seguido dos professores da pré-escola (0,53) e do ensino fundamental (0,43). A duração média das ausências foi de 11,06 dias, sendo que os professores da pré-

escola apresentaram a maior duração média (13,69 dias), quando comparados com os do ensino fundamental (11,50) e os da creche (8,09).

O fato desse índice ser elevado entre o grupo de professores da creche pode estar ligado às condições de trabalho que podem não ser favoráveis à saúde principalmente pelo elevado nível de demanda psicológica, traduzida em tarefas que exigem excessiva concentração, atenção, responsabilidade, paciência e compreensão, além de esforço físico quando seguram crianças pequenas de oito quilos ou mais. Somada a esses fatores o excesso de burocracia, os baixos salários, a carga horária de 40 horas semanais sem contar o trabalho realizado em casa e a falta de autonomia, representadas pelo baixo controle sobre seu trabalho, podem ser geradores de adoecimento (MARTINS, et al., 2019).

Os índices de frequência de absenteísmo-doença deste estudo foram inferiores aos achados na pesquisa de Daniel et al. (2017), que pesquisou o perfil do absenteísmo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010 a 2015, e teve como resultado o índice de frequência de absenteísmo-doença de 2,03 para o ano de 2015, e uma duração média de dias de licenças para tratamento de saúde de 6,58 dias.

Santos e Matos (2010), realizaram uma pesquisa sobre absentismo-doença na prefeitura municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo analisar as licenças para tratamento de saúde dos servidores municipais entre 2004 e 2005. O maior índice de absenteísmo-doença encontrado foi apresentado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) com 4,8% dos afastamentos do período de estudo.

Neste estudo, os afastamentos foram agrupados de acordo com os Capítulos da CID-10 e apresentados na forma de proporção quanto ao número total de afastamentos e em relação ao total de dias de afastamentos gerados.

O Capítulo da CID-10 que apresentou a maior proporção quanto ao número de dias de afastamentos foi aquele relacionado às doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (Cap. XIII da CID-10) com 26,89% dos dias de afastamento, deixando os professores fora da sala de aula por 7.910 dias (275 afastamentos apresentados; prevalência de período de 7,83%), no estudo descritivo; e 819 (28,47% do total de dias de afastamento) dias para a coorte dos professores efetivados no período do estudo.

Características do trabalho docente, como o esforço físico elevado, associados aos fatores biomecânicos presentes na atividade de exigências repetitivas e desenvolvidas em ambientes ergonomicamente inadequados, são aspectos importantes, que somados as características individuais do estilo de vida e das condições de trabalho, formam juntas uma rede interligada de fatores que podem ajudar a explicar o aparecimento do referido quadro de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo nos professores (SOUZA, 2003).

Semelhante aos achados desta pesquisa, o estudo feito por Fernandes, Rocha e Fagundes (2011), que objetivou verificar o impacto da sintomatologia osteomuscular na qualidade de vida dos professores da rede municipal de ensino de Natal/RN, demonstra que 47,7% dos docentes entrevistados relataram o impedimento de exercer tarefas devido aos sintomas nos últimos 12 meses. Nessa mesma direção o levantamento realizado por Branco et al. (2011) apontou que 36,6% dos professores não conseguiram realizar as atividades que eram feitas anteriormente de uma forma geral. Neste mesmo sentido, um estudo transversal realizado na Etiópia, entre 2016 e 2017 com 754 professores de escolas secundárias, apresentou como resultado a prevalência autorreferida de lesões na região do ombro e pescoço de 57,3% (MELAKU, et al., 2019).

Neste estudo, das doenças do Cap. XIII da CID-10, as que apresentaram maiores proporções de afastamentos foram as dorsalgias (M54) com 8,43% dos afastamentos apresentados, outros transtornos dos discos intervertebrais (M51) com 4,43% dos afastamentos e as lesões do ombro (M75) com 1,82%. Esses problemas podem estar relacionados à postura em pé e aos movimentos da coluna (inclinação ou rotação) durante o trabalho, pois podem provocar aumento da pressão interna do disco intervertebral e conduzir a fortes dores e até mesmo paralisias (GRANDJEAN, 2005). A postura em pé é geradora de sobrecarga nas estruturas de sustentação do corpo, aumentando o peso sobre a região lombo-sacra, podendo levar ao aparecimento de hérnias de disco, por exemplo (RANNEY, 2000). A manutenção dos ombros por tempo prolongado na mesma posição torna os ombros doloridos e pode provocar processos inflamatórios como tendinites e bursites, levando ao comprometimento de articulações e ligamentos (LECH, 1995).

O Capítulo da CID-10 que apresentou a segunda maior proporção quanto ao número de dias de afastamentos no estudo descritivo, foi aquele relacionado aos

transtornos mentais e comportamentais (Cap. V da CID-10), com 26,16% do total de dias afastados (7.696 dias e prevalência de período de 7,45%), e para o qual foram apresentados 292 afastamentos. Já para a coorte dos professores efetivados na rede municipal no período do estudo, as doenças do Capítulo V da CID-10 representaram a terceira maior proporção quanto ao número de dias de afastamentos (23,25%) e terceira maior proporção de número de afastamentos (13,46%).

Os Transtornos Mentais e Comportamentais são caracterizados como condições clinicamente significativas, nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento (BRASIL, 2001).

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar, podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Quando não há tempo para a recuperação, podem ser desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento dos professores por transtornos mentais (GASPARINI, BARRETO & ASSUNÇÃO, 2005).

No estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas, foi realizada uma pesquisa com todos os docentes da rede pública municipal, que teve como um dos objetivos analisar o processo de trabalho docente e a repercussão sobre a saúde dos professores. Os resultados desse estudo demonstraram que as professoras da Educação Infantil foram as que mais solicitaram licença de saúde, sendo que problemas mentais aparecem em primeiro lugar, seguido de problemas comportamentais e doenças do sistema osteomuscular (VIEIRA et al., 2010). Um estudo epidemiológico de corte transversal, com dados de 751 professores da educação básica, sobre as condições de trabalho, ambientais e organizacionais, e indicadores selecionados de saúde dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte apresentou uma prevalência de transtornos mentais e comportamentais de 50,3% (GASPARINI, BARRETO E ASSUNÇÃO, 2005). De forma semelhante, o estudo realizado por Bannai et al. (2015) com 522 professores, na Província de Hokkaido no Japão, apresentou como resultado a presença de estresse psicológico em 47,8% dos homens e 57,8% das mulheres.

No presente estudo, das doenças do Cap. V da CID-10, as que apresentaram maiores proporções foram os episódios depressivos (F32) com 9,82% dos afastamentos apresentados, outros transtornos ansiosos (F41) com 8,51% dos afastamentos e transtornos afetivo bipolar (F31) com 3,04%. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (2001), essas doenças são classificadas em transtornos do humor/afetivos (F30-F39) e transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (F40-F48). Araújo e Carvalho (2009) afirmam que elevadas proporções de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais podem estar associadas à elevada demanda psicológica exigida na execução das atividades dos professores, ao baixo controle sobre o próprio trabalho, ao maior tempo de trabalho como professor, à elevada carga horária semanal, aos múltiplos empregos e a uma série de características relativas ao ambiente e organização do trabalho docente, tais como ritmo de trabalho, ambiente em condições inadequadas, relações interpessoais estressantes, entre outros aspectos.

As doenças do Capítulo X da CID-10, doenças do aparelho respiratório, também apresentaram elevada proporção quanto ao número de dias de afastamentos (terceira maior proporção com 9,46% dos dias de afastamento no estudo descritivo e prevalência de período de 6,12%), deixando os professores fora da sala de aula por 2.782 dias e com 191 afastamentos apresentados. Já para a coorte dos professores efetivados este capítulo apresentou a segunda maior proporção de dias de afastamento (25,03%).

As doenças do aparelho respiratório correspondem a desde simples resfriados até problemas crônicos como amigdalite, laringite, faringite e lesões nas cordas vocais (SIQUEIRA E FERREIRA, 2003). As condições ambientais inapropriadas das escolas quanto aos níveis de ruído, estado de limpeza, ventilação, iluminação e temperatura, quando somadas à organização de trabalho insatisfatória com excesso de atividades e falta de momentos de descanso, prejudicam a saúde física e mental dos professores, além de provocarem alterações vocais. Todos esses fatores ligados ao trabalho permitem classificar os profissionais docentes como grupo de risco para os distúrbios vocais, com conseqüente absentismo, afastamento e até readaptação ao trabalho (ROY, et al., 2004; SKARLATOS, et al., 2003).

Um estudo transversal denominado Ausência ao trabalho por distúrbio vocal de professores da educação básica no Brasil, realizado com 6.510 professores da

educação básica entre 2015 e 2016, investigou a prevalência e duração da ausência de professores ao trabalho por distúrbio vocal e apresentou como resultado que o principal problema de saúde que afastou os professores da sala de aula, em períodos de curta duração (afastamentos de até 5 dias), foi o distúrbio de voz (17,7%), seguido dos relatos de problemas respiratórios (14,6%) (MEDEIROS e VIEIRA, 2019). Estudos internacionais também revelam a presença de alterações vocais em professores, neste sentido, uma pesquisa realizada com 1.617 professores de escolas públicas primárias e secundárias da Coréia, revelou uma prevalência de desordens vocais em professores lotados em sala de aula de 13,1% e de 8,0% em professores que desempenhavam outras funções (LIN et al., 2017).

No presente estudo, das doenças do Cap. X da CID-10, as que apresentaram maiores proporções de afastamentos foram as doenças das cordas vocais e da laringe não classificadas em outra parte (J38) com 3,56% dos afastamentos apresentados; nasofaringite aguda (resfriado comum - J00) com 2,35% dos afastamentos e amigdalite aguda (J03) com 2,00%. Esses problemas podem estar ligados às condições ambientais inapropriadas das escolas quanto aos níveis de ruído, estado de limpeza, ventilação, iluminação, temperatura e o número elevado de alunos por turma (SKARLATOS E MANATAKIS, 2003). Ferreira et al. (2003) afirma ainda que esses fatores podem gerar rouquidão, fadiga vocal, ardor na garganta, esforço ao falar, dificuldade em manter a intensidade, dificuldade em projetar a voz e afonia, que são citados como sinais e sintomas frequentes entre os professores.

Como produto da análise de sobrevivência da coorte dos professores efetivados do município de Rio Branco, entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, o presente estudo apresentou as incidências cumulativas de afastamentos em 36 meses pelos capítulos da CID-10, que foram estimadas pelo método de Kaplan-Meier, e a comparação das curvas de sobrevivência usando o teste log-rank (IC 95%). A probabilidade dos professores efetivados serem afastados de suas funções foi de 39,4%; sendo que as variáveis idade e sexo apresentaram diferença significativa, com maior probabilidade para as mulheres (41,9%) e para os professores com 40 anos ou mais (54,5%). Nessa mesma direção, um estudo realizado por Leão et al. (2015), intitulado absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia, trouxe como resultado a prevalência de absenteísmo-doença, que foi maior para os professores (54,7%) quando comparado com as demais classes trabalhadoras. Quando

estratificados por sexo, o percentual de mulheres que estavam de licença (26,2%), assim como a quantidade de suas licenças (44,4%), foi maior quando comparado aos homens (15,9 e 27,4%, respectivamente), em todos os anos. Adicionalmente, a prevalência de afastamentos foi maior para os servidores com idades entre 41 e 70 anos (55,9%) quando comparado aos servidores com idades entre 18 e 40 anos.

O fato do risco de se afastar em 36 meses ser maior para as mulheres pode ser explicada pela combinação de fatores biológicos, psicossociais e culturais, que vão desde múltiplos papéis, com interfaces trabalho-família, a desigualdade de gênero inter e intra-atividade profissional. Esses fatores ficam mais proeminentes em atividades predominantemente femininas, como as áreas da educação, assistência à saúde e limpeza, que são caracterizadas por altas exigências emocionais, baixos salários, falta de autonomia, apoio e perspectiva na carreira (BEKKER et al., 2014).

A probabilidade aumentada para os afastamentos a partir dos 45 anos podem ser atribuídas, entre outros fatores, ao envelhecimento natural das estruturas orgânicas associado ao maior tempo de exposição do corpo aos fatores de risco ocupacionais, pode explicar a maior prevalência de afastamentos entre trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas e com maior tempo de serviço (CUNHA, et al., 2009).

Quando consideramos os capítulos da CID-10, a probabilidade de um professor efetivado ser afastado de suas funções por doenças do Capítulo XIII (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) foi de 7,90%; sem diferenças estatisticamente significativas para as variáveis (idade, sexo, fase de ensino, etapa de ensino, carga horária de trabalho e localização da escola). A probabilidade de se afastar por doenças do Capítulo V (transtornos mentais e comportamentais) foi de 7,00%; sendo essa probabilidade aumentada para os professores com idade a partir de 40 anos (13,7%); e para o Capítulo X (doenças do aparelho respiratório) da CID-10 a probabilidade de um professor ser afastado da sala de aula em 36 meses foi de 8,10%; sem diferenças estatisticamente significativas para as variáveis analisadas.

Cardoso et al. (2009), realizou um estudo denominado prevalência de dor musculoesquelética em professores, com 4.496 professores do ensino fundamental da rede municipal de Salvador, Bahia, trazendo como resultado a prevalência global de dor musculoesquelética de 55%. A prevalência de dor musculoesquelética na população estudada mostrou-se mais elevada entre as mulheres do que entre os homens nos três segmentos corporais: membros inferiores, membros superiores e

dorso. Em relação à faixa etária, observou-se que a prevalência de dor musculoesquelética aumentava com a idade. No presente estudo, as diferenças de probabilidade para se afastar por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, quanto as variáveis idade e sexo, não foram estatisticamente significativas.

O estudo de Gasparini et al. (2006) estimou a prevalência de transtornos mentais comuns em 751 professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, MG, associando as características do trabalho. Utilizou como instrumento o GHQ (*General Health Questionnaire*). Foi encontrada uma prevalência de transtornos mentais comuns de 50,3%, sendo 91,1% para as mulheres e 8,9% para os homens. A prevalência foi maior na faixa etária entre 40-49 anos (40,2%), seguida de 30-39 anos (37,8%). Reis et al. (2005), realizou um estudo com 808 professores da rede municipal de Vitória da Conquista, BA, utilizando o SRQ-20 (*Self Report Questionnaire*) para avaliação psiquiátrica, foi encontrada prevalência geral de distúrbios psíquicos de 55,9%, sendo 57,2% nas mulheres e 34% nos homens. No presente estudo, a idade foi uma variável associada ao aumento da probabilidade de um professor ser afastado por transtornos mentais e comportamentais em 36 meses, já para a variável sexo as diferenças de probabilidades não apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

De acordo com Behlau (2001), as variáveis sexo e idade são fatores de risco para desenvolver problemas vocais. Uma idade avançada e maior tempo de docência podem estar correlacionados com a maior probabilidade de ser afastado por problemas de voz. Para a coorte dos professores efetivos os professores com mais de 40 anos apresentaram um risco maior de afastamento. Essa probabilidade também é maior no sexo feminino, no entanto, sem significância estatística.

O presente estudo apresenta várias limitações, algumas delas inerentes aos estudos descritivos, não sendo possível estabelecer relações de causalidade. Os dados analisados não permitiram separar as morbidades ocupacionais dos agravos comuns, deixando em aberto a análise do impacto que o trabalho tem sobre o perfil de adoecimento dos professores. Além disso, também não incorporou nas análises a distinção entre licenças de curta e longa durações, considerando como tendo o mesmo significado situações potencialmente diferentes quanto à gravidade e às repercussões sociais e econômicas. Soma-se a essas limitações o fato de que foram considerados apenas os professores efetivos do município de Rio Branco para o

período de estudo, em decorrência da inexistência do arquivo de afastamentos dos professores de contrato temporário.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores exercem uma profissão estressante devido a jornada de trabalho, ritmo intenso e diversas outras variáveis que influenciam em sua vida profissional. As situações variadas do cotidiano têm como resultados fatores físicos e psicológicos, que podem gerar problemas de saúde e acarretar o aumento nos índices de absenteísmo-doença.

Os resultados obtidos nesta pesquisa indicaram, de maneira geral, elevadas prevalências de período de afastamentos dos professores da rede municipal de educação de Rio Branco relacionados aos transtornos mentais e comportamentais, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e as doenças do aparelho respiratório. Além disso, idade e sexo foram apresentados como agravantes para afastamento desses professores.

Dessa forma, é importante a implementação de estratégias de nível individual e coletivo que visem minimizar esses efeitos na saúde dos professores, visto que a presença desses agravos pode modificar a qualidade de vida desses trabalhadores, que em alguns casos leva o profissional a se ausentar da sala de aula por longos períodos e, conseqüentemente, influenciar na qualidade do serviço prestado às escolas.

Adicionalmente, a realização de novas pesquisas, com outros desenhos de estudo, voltados para a compreensão da associação entre o adoecimento docente e a realidade que os trabalhadores enfrentam nas escolas, contribuirá para um melhor entendimento da saúde desta população.

11. REFERÊNCIAS

ANTUNES, S. M. P. S. N. **Mal-estar e adoecimento docente na escola pública paulista: um panorama preocupante.** Conventit Internacional, Porto, n. 15, 2014.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, v. 30 427-449, 2009.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BALDAÇARA, L.; SILVA, A. F.; CASTRO, J. G. D.; SANTOS, G. C. A. Common psychiatric symptoms among public school teachers in Palmas, Tocantins, Brazil. An observational cross-sectional study. **Sao Paulo Medical Journal**, [s.l.], v. 133, n. 5, p.435-438, 2015.

BANNAI, A.; UKAWA, S.; TAMAKOSHI, A. Long working hours and psychological distress among school teachers in Japan. **Journal of Occupational Health**, v. 57, n. 1, p.20-27, 2015.

BEHLAU, M.; AZEVEDO, R.; PONTES, P. **Conceito de voz normal e classificação das disfonias.** In: BEHLAU, M. *Voz: o livro do especialista*, 1. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BEKKER, M. H. J.; RUTTE, C. G.; VAN, R. K. Sickness absence: a gender-focused review. **Psicol Health Med**, v. 14, 405-18, 2009.

BENEVENE, P.; WONG, Y. H. P.; FIORILLI, C.; STASIO, S. A Cross-National Comparison on Subjective Well-Being of Kindergarten Teachers: Hong Kong and Italy. **Frontiers In Psychology**, v. 9, p.28-34, 2018.

BRANCO, J. C; JANSEN, K. Prevalência de sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental do maior colégio municipal da América Latina. **Ciência e Cognição.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, dez. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Perfil do Professor da Educação Básica.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura.** LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Brasília: Imprensa Oficial; 2003.

BRÜTTING, J.; DRUSCHKE, D.; SPITZER, S., SEIBT, R. Health status of long-term sick leave and working female teachers in Germany: A cross-sectional study. **International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health**, p.227-242, 2017.

CAMPOS, M. R. **Las condiciones de trabajo y salud docente: aportes, alcances y límites del estudio**. In: *Condiciones de trabajo y salud docente*. Oficina Regional de Educación de La UNESCO para América Latina y Caribe. OREALC/UNESCO, 2005.

CARDOSO, J. P.; RIBEIRO, I. Q. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. R. E. J. F. B. Prevalência de dor musculoesquelética em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2009.

CARVALHO, A. J. F. P.; ALEXANDRE, N. M. C. Sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 10, n. 1, p. 35-41, 2006.

CARVALHO, G. M. **Enfermagem do Trabalho**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CEBALLOS, A. G. C.; SANTOS, G. B. Factors associated with musculoskeletal pain among teachers: sociodemographics aspects, general health and well-being at work. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p.702-715, 2015.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na empresa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal: como agregar talentos à empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

CHENG, H. K.; WONG, M.T.; YU, Y. C.; JU, Y. Y. Work-related musculoskeletal disorders and ergonomic risk factors in special education teachers and teacher's aides. **BMC Public Health**. 2016.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Cresce número de professores afastados por problemas psicológicos**. 2013. Disponível em <www.globo.com>

CODO, W.; MENEZES, L. V. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (Coord.) *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. **Laboratório de Psicologia do Trabalho**. 1999

CONTRERAS, J. D. **La autonomía del profesorado**. Madrid: Morata, 1997.

CRUZ, R. M.; LEMOS, J. C. Atividade docente, condições de trabalho e processos de saúde. **Motrivivência**, n. 24, v. 17, p. 59-80, 2005.

CRUZ, R. M.; LEMOS, J. C.; WELTER, M. M.; GUISSO, L. Saúde docente, condições e carga de trabalho. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, p. 147-160, 2010.

CUNHA, N.C.; CRISPIM, N. F. A interferência das relações familiares no processo de envelhecimento: Um enfoque no idoso hospitalizado. **Revista Kairós Gerontologia**, 15(5), 169-189. São Paulo (SP), Brasil, 2012.

DANIEL, E., KOERICH, C.R.C., LANG, A. O perfil do absenteísmo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010 a 2015. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, 2017.

DAVIS, C.; AGUIAR, W. M. J. Docência: pesquisa e intervenção. **Revista Educação - História da pedagogia**. São Paulo: Editora Segmento, 2010.

DELCOR, N., S.; REIS, E. J. F. B.; ARAÚJO, T. M. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 187-196, 2004.

ESTEVE, J. M. **O Mal-Estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru. Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, 1999.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; FAGUNDES, A. A. R. Impacto da sintomatologia osteomuscular na qualidade de vida de professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 276-284, 2011.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Fatores associados à prevalência de sintomas osteomusculares em professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 11, n. 2, p. 256-267, 2009.

FERREIRA, L. P.; GIANNINI, S. P. P.; FIGUEIRA, S.; SILVA, E. E.; KARMANN, D. F.; SOUZA, T. M. T. **Condições de produção vocal de professores da prefeitura do município de São Paulo**. Dist Comun. 14(2):275-307, 2003.

FU, A.; LIU, B.; JIANG, Y.; ZHAO, J. A Mental Health Survey of Different Ethnic and Occupational Groups in Xinjiang, China. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.46-57, 2017.

FUNDACIÓN EUROPEA PARA LA MEJORA DE LAS CONDICIONES DE VIDA Y TRABAJO. A prevenção do absentismo no trabalho - sinopse da investigação. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997.

GARRIDO, M. P. Análisis comparativo. In: **Condiciones de trabajo y salud docente**. Oficina Regional de Educación de La UNESCO para América Latina y Caribe. OREALC/UNESCO, 2005.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, pp. 2679-2691, 2005.

GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Relatório de pesquisa. **Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil: Fase II**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2015.

_____. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. **Trabalho docente na Educação Básica no Brasil: banco de dados**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2010.

GIANNINI, S. P. P.; LATORRE, M. R. D. O.; FERREIRA, L. P. Distúrbio de voz e estresse no trabalho docente: um estudo caso-controlado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2115-2124, 2012.

GUERREIRO, N. P.; NUNES, E. F. P. A.; GONZÁLEZ, A. D.; MESAS, A. E. Perfil sociodemográfico, condições e cargas de trabalho de professores da rede estadual de ensino de um município da região sul do Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14(1 Suppl):197-217, 2016.

HAMDAN, A. L.; SIBAI, A. M.; SROUR, Z. M.; SABRA, O. A.; DEEB, R. A. Voice disorders in teachers: the role of family physicians. **Saudi Medical Journal**, v. 28, n. 3, p. 422-8, 2007.

HIRATA, G.; OLIVEIRA, J. B. A.; MEREB, T. M. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. **Revista Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**, Rio de Janeiro, v. 27. 2019.

HURREL, J. et al. (orgs.) Salud Social. In: ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TRABAJO. Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo. Madrid: Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales, 1998. p. 2-12.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Resultados e Resumos**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2439-2461, 2007.

KIDGER, J.; BROCKMAN, R.; TILLING, K.; CAMPBELL, R.; FORD, T.; ARAYA, R.; KING, M.; GUNNELL, D. Teachers' wellbeing and depressive symptoms, and associated risk factors: A large cross-sectional study in English secondary schools. **Journal of Affective Disorders**, [s.l.], v. 192, p.76-82, 2016.

KOWALSKA, M. S.; BOGUSZ, E. N.; FISZER, M.; SPYCHALSKA, T. L.; KOTYLO, P.; PRZYGOCKA, B. S. et al. The prevalence and risk factors for occupational voice disorders in teachers. **Folia Phoniatria et Logopaedica Journal**, v. 58, n. 2, p. 85-101, 2006.

LACAZ, F. A. DE C. Conhecimentos, práticas em Trabalho-Saúde e as abordagens da medicina social e da medicina do trabalho no Brasil: final do século XIX até os anos 1950-60. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10 n.1, 2007.

LEÃO, A. L. M.; BARBOSA-BRANCO, A.; RASSI NETO, E.; RIBEIRO, C. A. N.; TURCHI, M. D. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 1, p.262-277, 2015.

LECH, O. Fundamentos em cirurgia de ombro. São Paulo: Harbra, 1995.

LIMA, M. F. E. M.; LIMA, F. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências e Cognição**. v. 14, 62-82, 2009.

LIN, S.; LAWRENCE, W. R.; LIN, Z.; FRANCOIS, M.; NEAMTIU, I. A.; LIN, Q.; CSOBOD, E.; GURZAU, E. S. Teacher respiratory health symptoms in relation to school and home environment. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, [s.l.], v. 90, n. 8, p.725-739, 2017.

MALLADA, F. J. R. **Gestão do absenteísmo trabalhista nas empresas espanholas**. Universidade de Alcalá de Henares, 2004. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/RBSO_121.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MANGO, M. S. M.; CARILHO, M. K.; DRABOVSKI, B.; JOUCOSKI, E.; GARCIA, M. C.; GOMES, A. R. S. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). **Fisioterapia em Movimento**, v. 25(4), 785-794, 2012.

MARTINS, M. F. D., VIEIRA, J. S. V., BUGS, J. R. F. e BUGS, V. O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 17, n. 2, p.281-28, 2014.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. (J. Ranieri: Trad.). São Paulo: Boitempo, 2008.

MEDEIROS, A.M.; VIEIRA, M. T. Ausência ao trabalho por distúrbio vocal de professores da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

MENDES, J. M. R.; WUNSCH, D. S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 461-481, 2011.

MESTRE L.; BORGES E. F.; PAES, J. C.; FERREIRA, L. P.; BEVILACQUA, M. C. Disfonia e qualidade de vida em docentes. In: Anais do 19º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, 8º Congresso Internacional de Fonoaudiologia; 2011; São Paulo, BR. São Paulo: **Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.** 2011.

MINAYO-GOMEZ C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da Saúde do Trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública** 13(Supl. 2): 21-32, 1997.

NETO, A. M. S. et al. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. **Revista Bahiana de Saúde Pública**, v. 24. n. 1/2, p. 42-56, 2000.

NUNES SOBRINHO, F. P. O *stress* do professor do ensino fundamental: o enfoque da ergonomia. In: LIPP, Marilda (Org.). **O stress do professor**. 6.ed. Campinas/SP: Papirus, 2008.

NUSSECK, M.; SPAHN, C.; ECHTERNACH, M.; IMMERZ, A.; RICHTER, B. Vocal Health, Voice Self-concept and Quality of Life in German School Teachers. **Journal of Voice**, [s.l.], p.10-21, 2018.

OIT, O. I. D. T. **Enciclopédia de Salud, Seguridad e higiene em el trabajo**. España: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo Y Seguridad Social, 1991.

OLIVEIRA, M. G. **Condições de trabalho, gênero e saúde sofrimento e estresse - um estudo de caso com os profissionais docentes do ensino superior privado de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, C. R. B. **Bem-estar dos docentes de uma instituição privada de ensino superior**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

Organização Internacional del Trabajo (OIT). **Enciclopedia de salud, seguridad e higiene en el trabajo**. Madri: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social; 1991.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10ª revisão. São Paulo: Edusp; 1995.

Organização Pan-Americana da Saúde [Internet]. Saúde e Ambiente. Saúde do trabalhador. Brasília: OPAS; 2010.

PITHERS, R. T.; FOGARTY, G. J. Symposium on teacher stress: occupational stress among vocational teachers. **British Journal of Educational Psychology**, v. 65, p. 3-14, 1995.

PORTO, L. A.; REIS, I. C.; ANDRADE, J. M.; NASCIMENTO, C. R.; CARVALHO, F. M. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 28, n. 1, p. 33-49, 2004.

PUERTAS-MOLERO, P.; ZURITA-ORTEGA, F.; CHACÓN-CUBEROS, R.; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, A.; CASTRO-SÁNCHEZ, M.; GONZÁLEZ-VALERO, G. An Explanatory Model of Emotional Intelligence and Its Association with Stress, Burnout Syndrome, and Non-Verbal Communication in the University Teachers. **Journal of Clinical Medicine**, [s.l.], v. 7, n. 12, p.524-536, 2018.

RANNEY, D. **Distúrbios osteomusculares crônicos relacionados ao trabalho**. São Paulo: Rocca, 2000.

ROY, N. MERRIL, R. M.; THIBEAULT, S.; PARSA, R. A.; GRAY, S. D.; SMITH, E. M. Prevalence of voice disorders in teachers and the general population. **Journal of Speech, Language and Hearing Research**, v. 47, n. 2, p. 281-93, 2004.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004.

SANTO, L. L. C. P. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação e Sociedade** p. 1.145. 2004.

SANTOS, J. P.; MATTOS, A. P. Absentismo-doença na prefeitura municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 148-156, 2010.

SCHONFELD, I. S. A longitudinal study of occupational stressors and depressive symptoms in first-year female teachers. **Teaching & teacher education**, v. 8, tion n.2, p. 151-158, 1992.

SERVILHA, E. A. M.; LEAL, R. O. F.; HIDAKA, M. T. U. Riscos ocupacionais na legislação trabalhista brasileira: destaque para aqueles relativos à saúde e à voz do professor. *Revista Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, v. 15, 505-13, 2010.

SILVA, M. M.; CAVEIÃO, C. Análise dos afastamentos de saúde dos trabalhadores de ensino de DIVINÓPOLIS – MG. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, p. 138-156, 2016.

SILVA, N. A.; PELOZATO, C.; COSTA, A. O absenteísmo do professor da rede pública municipal de ensino, da área urbana, da cidade de Ariquemes em função da gripe comum no ano de 2011. **Revista do Núcleo de Pesquisa e Extensão**, Arquimedes, v. 2 n. 1, p. 85-108, 2013.

SILVANY NETO, A. M.; ARAÚJO, T. M.; DUTRA, F. R. D.; AZI, G. R.; ALVES, R. L.; KAVALKIEVICZ, C.; REIS, E. J. F. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**. 2000.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso? **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003.

SKARLATOS, D.; MANATAKIS, M. **Effects of classroom noise on students and teachers in Greece**. Percept Mot Skills. 2003.

SOUZA, K. R.; SANTOS, M. B. M.; PINA JÁ, M. A. B. V.; CARMO, M. A. T.; JENSEN, M. A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2003.

SOUZA, L. F. Q. Absenteísmo no serviço público. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1243, nov. 2006.

SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.

SUNDRAM, E. R.; NORSADA, B.; MOHAMAD, H.; MOY, F. M. G.; HUSAIN, N. R. N.; SHAFI, M. N. The Effectiveness of a Voice Care Program Among Primary School Teachers in Northeastern Malaysia. **Oman Medical Journal**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.49-55, 2019.

TABELEÃO, V. P.; TOMASI, E.; NEVES, S. F. Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental no Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 2401-2408, 2011.

TALAVERA, M. DEL C. F. De la formación a la práctica docente: un estudio de los procesos de transferencia de los profesores. **Revista Latino-Americana de Estudios Educativos**, p. 37-68. 2004.

TENOR, A. C.; CYRINO, E. G.; GARCIA, V. L. Investigação da percepção vocal de professores de pré-escola da rede municipal de ensino de Botucatu-SP. **Salusvita**, 18(2), p.107-116, 1999.

VIEIRA, M.; CHINELLI, F. Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.18 n.6, 2013.

VIEIRA, J.; GARCIA, M. M.; MARTINS, M. F. A constituição das doenças da docência. **Cadernos de Educação (UFPEL)**, 37, 303-324, 2010.

WEBBER, D. V.; VERGANI, V. A profissão de professor na sociedade de risco e a urgência por descaso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral. **Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI**, Fortaleza – CE. Junho de 2010.

ZAPONI, M. C.; SILVA, R. D. da. Absenteísmo docente: uma análise diagnóstica da rede estadual de ensino de Pernambuco. In: **CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**. Espírito Santo, 2009.

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: PADRÃO DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA E AGRAVOS DE SAÚDE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BRANCO -

Pesquisador: ELIVAN DA SILVA DIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11099019.8.0000.5010

Instituição Proponente: Universidade Federal do Acre- UFAC

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Acre- UFAC

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.538.072

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma emenda relativa à Pesquisa intitulada "Padrão de Afastamento por Motivo de Doença e Agravos de Saúde dos Professores da Rede Municipal de Educação de Rio Branco – Acre". O Protocolo foi considerado APROVADO no Parecer n.º 3.330.333 e apontou apenas 3 recomendações relativas ao RESUMO (adequação à norma da ABNT NBR 6028), à necessidade de padronização do CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (apresentação da mesma ordem das etapas constantes no Projeto Detalhado na versão apresentada nas Informações Básicas do Projeto) e quanto à explicitação dos BENEFÍCIOS DA PESQUISA.

Objetivo da Pesquisa:

ITEM SEM RESTRIÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADO ADEQUADO JÁ APROVADO NA 1ª VERSÃO DO PROJETO.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

ITEM SEM RESTRIÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADO ADEQUADO JÁ APROVADO NA 1ª VERSÃO DO PROJETO.

Providências e Cautelas:

Endereço: "Campus Universitário" "Reitor Áulio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE- UFAC



Continuação do Parecer: 3.538.072

ITEM SEM RESTRIÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADO ADEQUADO JÁ APROVADO NA 1ª VERSÃO DO PROJETO.

Benefícios:

Em relação aos benefícios, a primeira versão do projeto explicitava apenas: "Com o estudo serão obtidas informações sobre a saúde ocupacional dos professores e os resultados obtidos poderão ter como benefício indireto contribuir para o avanço do conhecimento científico na área de saúde ocupacional dos professores do município de Rio Branco – Acre, por meio da produção e publicação de artigo científico." Neste ponto, avaliou-se que garantir formas de publicidade dos resultados da pesquisa não consistem em benefícios aos participantes, mas obrigações acadêmicas assumidas pelo pesquisador que poderão, inclusive, resultar em produtividade para o curso e a instituição à qual o pesquisador é vinculado e não para o participante da pesquisa. Assim, verificou-se no Parecer n.º 3.330.333 que os benefícios explicitados NÃO se caracterizam como "proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa" (Resolução CNS Nº 466/12, II.4). Assim, orientou-se que se explicitasse benefícios mais concretos. Atendendo à questão, tanto na Carta-Resposta, quanto nas alterações efetivadas no projeto consta: "Esta pesquisa beneficiará de forma indireta a comunidade acreana, principalmente os professores do quadro efetivo e temporário da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco. Os resultados auxiliarão na avaliação da saúde ocupacional dos professores da educação infantil e ensino fundamental I do serviço público municipal, o que provavelmente, poderá ser extrapolado para os professores em geral. Os resultados possibilitarão avaliar a distribuição de doenças entre os professores e os fatores associados as mesmas o que servirá de base para discussões acerca de melhorias das condições de trabalho dos professores. Para isso, ao final da pesquisa propõe-se a realização de uma palestra com professores e representantes da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, a fim de divulgar os principais resultados encontrados neste estudo. A pesquisa também beneficiará a comunidade científica, por meio da produção e publicação de artigo científico." Assim, atendeu-se a recomendação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

ITEM SEM RESTRIÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADO ADEQUADO JÁ APROVADO NA 1ª VERSÃO DO PROJETO.

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Áulio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com



Continuação do Parecer: 3.538.072

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

À exceção do RESUMO e do CRONOGRAMA, os demais itens foram avaliados SEM RESTRIÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, CONSIDERADOS ADEQUADOS JÁ APROVADO NA 1ª VERSÃO DO PROJETO.

Em relação ao RESUMO, Conforme apontado na Carta-Resposta, "foram feitas as adequações necessárias no resumo do projeto de pesquisa com vistas a atender à norma da ABNT NBR 6028."

Em relação à necessidade de padronização dos CRONOGRAMAS constantes no Projeto Detalhado e Informações Básicas da Plataforma, na Carta-Resposta fica claro: "Conforme solicitado, o cronograma de execução da pesquisa foi atualizado na Plataforma Brasil, para que as etapas estejam de acordo com o cronograma apresentado no Projeto Detalhado."

Recomendações:

Tendo em vista que todas as recomendações constantes no Parecer Parecer n.º 3.330.333 foram cumpridas, não há NENHUMA RECOMENDAÇÃO a mais a considerar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Considerações Finais a critério do CEP:

1- Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº466/2012, X.3- 4.

2- Em conformidade com as diretrizes estabelecidas a Resolução CNS Nº 466/2012, XI.2, d; o pesquisador responsável deve apresentar relatórios parcial e final ao CEP. O Relatório parcial deve ser apresentado após coleta de dados, "demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento" (Resolução CNS Nº 466/2012, II.20) e o Relatório Final deverá ser apresentado "após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados" (RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, II.19).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_136668_5_E1.pdf	29/05/2019 17:57:27		Aceito

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Áulio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ACRE- UFAC



Continuação do Parecer: 3.538.072

Outros	RESPOSTA_AO_COMITE_DE_EETICA EM PESQUISA_29_05.docx	29/05/2019 17:54:35	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_ALTERACOES_29_05 .docx	29/05/2019 17:51:05	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Outros	INSTRUMENTOS_DE_COLETA_DE_D ADOS.pdf	04/04/2019 14:57:37	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.docx	29/03/2019 17:48:47	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_QUE_A_COLETA_ NAO_FOI_INICIADA.pdf	28/03/2019 19:11:08	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_REALIZACAO_DA_PE SQUISA.pdf	28/03/2019 19:00:32	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DADOS_UTILIZADOS_FINS_DA_PESQ UISA.pdf	28/03/2019 18:49:50	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DISPENSA.pdf	28/03/2019 18:38:40	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	28/03/2019 18:32:57	ELIVAN DA SILVA DIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO BRANCO, 28 de Agosto de 2019

Assinado por:
JOÃO LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: "Campus Universitário" Reitor Áulio G. A de Souza", Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26
Bairro: BR364 Km04 Distrito Industrial **CEP:** 69.915-900
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)3901-2711 **Fax:** (68)3229-1246 **E-mail:** cepufac@hotmail.com

ANEXO 2




TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Moisés Diniz Lima, Secretário Municipal de Educação de Rio Branco - Acre, RG Nº 247927 SSP/AC, CPF Nº 195.891.072-49, AUTORIZO Elivan da Silva Dias, RG 396442, SSP/AC, CPF 809.797.932-20, aluno do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva – PPGSC/UFAC, matrícula 20182050013; Sabrina da Silva Santos, docente do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva – PPGSC/UFAC e do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente ENSP/FIOCRUZ, matrícula SIAPE 2182480, a realizarem a coleta de dados junto à Divisão de Gestão de Pessoas desta SEME quanto aos afastamentos por motivo de doença e agravos de saúde dos professores efetivos e temporários, no período de 2014 a 2017, e relação de servidores ativos no período do estudo, para a realização do Projeto de Pesquisa “Padrão de afastamento por motivo de doença e agravos de saúde dos professores da Rede Municipal de Educação de Rio Branco – ACRE”, que tem por objetivo primário descrever o padrão de afastamento por motivo de doenças e agravos de saúde na coorte retrospectiva dos professores da educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental I do município de Rio Branco – Acre, de 2014 a 2017.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Rio Branco – Acre, 14 de fevereiro de 2019.


 Moisés Diniz
 Secretário Municipal de Educação
 Decreto Nº54/2019

MOISÉS DINIZ LIMA
 Secretário Municipal de Educação
 Decreto nº 054 / 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citado o autor, título, instituição e ano da dissertação.

Rio Branco-AC, 25/02/2021

Nome do autor: Elivan da Silva Dias

Assinatura *Elivan da Silva Dias*

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE